



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC- BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB- BVC
Deputado Fred Costa	PEN- BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente



Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	



Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM	



COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB.-BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ORDENS DO DIA

- 1.1 – Plenário
- 1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/8/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 618/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o número de entidades que aguardam credenciamento no programa Aliança pela Vida, o cronograma de aprovação de negativas e a situação em que se encontra cada processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 619/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Aliança pela Vida, o número de entidades em que solicitaram mudança no contrato do Módulo I para o Módulo II, o *status* de cada processo de mudança no contrato, os prazos para a efetivação dos contratados e o impedimento de internação em comunidades terapêuticas contratadas a partir de janeiro deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 621/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os motivos da suspensão do edital de credenciamento das comunidades terapêuticas no âmbito do programa Aliança pela Vida, a reabertura desse edital e a definição dos prazos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 632/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Phoenix Mineração e Comércio no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade da citada empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 655/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em relatório da execução orçamentária do programa Bolsa Verde, desde a sua criação, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 662/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre os impactos para o consumidor final da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução, de 19% para 14%, da alíquota do ICMS incidente sobre operações internas com álcool combustível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 663/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Cemig Distribuição pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de energia elétrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de energia elétrica para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 680/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o cronograma das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Patrocínio, o prazo para retomada das obras, o valor global e o valor despendido até o momento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 722/2015, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental para a atividade de extração mineral vigentes no Estado, vencidos ou encerrados nos últimos cinco anos; certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental vigentes, arquivados, negados ou em tramitação que tenham como objeto a construção e a operação de minerodutos no Estado; certidão de inteiro teor com todas as autuações e multas aplicadas a empreendimentos minerários no Estado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ligados a essa secretaria, assim como as notificações de descumprimento de condicionantes e demais documentos de natureza similar; certidão de inteiro teor contendo todas as autorizações para intervenção em áreas de preservação permanentes emitidas pelos órgãos ligados a essa secretaria ou pela própria secretaria; e certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de emissão ou dispensa de outorga sobre o uso ou a intervenção em recursos hídricos e outros direitos outorgados ou dispensados pelo Igam para atividades de extração e processamento mineral e minerodutos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da macrorregião Norte do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 775/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 777/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias: piso salarial pago pelo governo do Estado, plano de cargos e carreira, montante pago pelo governo do Estado aos agentes que receberam o piso salarial em 2014, previsão de piso salarial a ser pago nos anos de 2015 e 2016 e cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 780/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos, a previsão de ações e financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas –, a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 781/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum, bem como sobre o número de inquéritos e denúncias realizadas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 782/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando-se as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da Defesa Social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido das informações que menciona, referentes à ocorrência de 50 homicídios em Juiz de Fora no período de 1º de janeiro a 5 de maio de 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 854/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados às despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 882/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de água para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 886/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça pedido de informações sobre o relatório completo de trabalho realizado em 57 hospitais de 36 municípios visitados pelo Ministério Público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 892/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações quanto aos termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e o governo do Estado, destinados à construção da segunda etapa da unidade de alta complexidade em oncologia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 893/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a agenda prevista para as unidades móveis de mamografia no ano de 2015 para as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 898/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre diplomas supostamente falsos expedidos pela Uemg para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 899/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao reitor da Uemg pedido de informações sobre diplomas supostamente falsos expedidos pela universidade para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 901/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo, em comparação com a média estadual e nacional, e sobre as possíveis causas da doença na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 906/2015, das Comissões do Trabalho e de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria 708, de 11 de maio de 2012, do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.021/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, conforme o disposto na Lei nº 12.503, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem – MG. A Comissão Especial opina pela aprovação da indicação.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2015, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que altera os arts. 64 e 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 274/2015, do deputado Paulo Lamac, que institui a Semana da Conscientização e Combate à Automedicação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 484/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg –, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.615/2015, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 699/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 2.544/2015, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.514/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 490/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 893/2015, do deputado Gilberto Abramo; 1.601/2015, do deputado Fábio Cherem; 1.688/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho; 1.906/2015, do deputado Professor Neivaldo; e 1.946/2015, do deputado Ricardo Faria.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 6/2015, da deputada Marília Campos; Projetos de Lei nºs 144/2015, do deputado Fred Costa; 264/2015, do deputado Inácio Franco; 423/2015, do deputado Gustavo Valadares; 425/2015, do deputado Paulo Guedes; 810/2015, do deputado Fred Costa; 1.006/2015, do deputado Bráulio Braz; 1.040/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.061/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.086/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.092/2015, do deputado Wander Borges; 1.353/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.405/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.467/2015, do deputado Mário Henrique Caixa; 1.575/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.609/2015, do deputado Adalclever Lopes; 1.636 e 1.637/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.663/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 1.666/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho; 1.675/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.677/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 1.678/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.727/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.728/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.834/2015, dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Tiago Ulisses; 1.883 e 2.227/2015, do deputado Cabo Júlio; e 2.544/2015, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.278/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 1.553/2015, do deputado Paulo Lamac; 1.668/2015, do deputado Gustavo Corrêa; e 1.741/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 705/2015, do deputado Fred Costa; 1.007/2015, da deputada Rosângela Reis.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 239/2015, dos deputados Fred Costa, Anselmo José Domingos e Paulo Lamac; 341 e 483/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.191/2015, do deputado Adalclever Lopes



Requerimentos nºs 1.295/2015, da deputada Marília Campos; 1.376/2015, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.387/2015, do deputado Isauro Calais; 1.483, 1.485, 1.486, 1.487, 1.488, 1.489, 1.624, 1.625, 1.626, 1.627, 1.629 e 1.693/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; 1.545/2015, do deputado Douglas Melo;

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 26/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 603 e 1.299/2015, da deputada Rosângela Reis; 1.033/2015, do deputado Isauro Calais; 1.505/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.507/2015, do deputado Bonifácio Mourão; 1.510/2015, do deputado Ricardo Faria; e 1.894/2015, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.596/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater, em audiência pública, o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais no fomento da pesquisa agropecuária no Estado e sua contribuição na integração das ações à pesquisa e à inovação científica.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/8/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.614/2015, do deputado Geraldo Pimenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações aos policiais militares que participaram de operação que resultou na apreensão de uma pistola furtada do deputado Cabo Júlio em 2010 e na prisão de um homem, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2015, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à entrega dos diplomas referentes à manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na Cia. PM Ind. Cães, pela participação em operação realizada no dia 14/4/2015, no Município de Sabará, quando foi localizada quantia em dinheiro, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2015**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Felipe Attiê, Fred Costa e João Alberto, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Bonifácio Mourão, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de José Francisco Vieira de Seniuk para o Cargo de Diretor-Geral do Detel**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bonifácio Mourão, Felipe Attiê, Léo Portela, Tiago Ulisses e Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Bonifácio Mourão, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar o Requerimento nº 1.596/2015, do deputado Léo Portela; de debater o futuro e a sobrevivência da Fundação TV Minas Cultural e Educativa – Rede Minas, bem como a apresentação e discussão do quadro atual e suas perspectivas; e de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Bosco, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 26/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do deputado Doutor Wilson Batista, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo de Além Paraíba, com sede no Município de Além Paraíba.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 26/2015 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo de Além Paraíba, com sede no Município de Além Paraíba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover ações para mitigar a vulnerabilidade social.

Com esse propósito, a instituição busca desenvolver atividades beneficentes e de assistência social sem fazer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 26/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 603/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Cidade de São João do Manteninha – ACOSJM –, com sede no Município de São João do Manteninha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 603/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Cidade de São João do Manteninha – ACOSJM –, com sede no Município de São João do Manteninha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento de projetos de capacitação profissional nas áreas de educação, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte.

Com esse propósito, a instituição busca desenvolver programas e projetos sociais de geração de emprego, trabalho e renda, promover parceria com instituições públicas ou privadas para ações de incentivo ao primeiro emprego e promover cursos, treinamentos, seminários e conferências voltados para suas áreas de atuação.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária da Cidade de São João do Manteninha – ACOSJM –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 603/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 698/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo instituir o Dia Estadual do Combate ao Acidente de Trabalho e em Defesa da Saúde do Trabalhador.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma originalmente apresentada.

Agora, vem a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, XIV, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa a instituir, no Estado, o Dia do Combate ao Acidente de Trabalho e em Defesa da Saúde do Trabalhador, a ser comemorado anualmente no dia 28 de abril. A data é a mesma adotada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT – para celebrar o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, como uma homenagem às vítimas de uma explosão ocorrida em 28/4/1969 nos Estados Unidos, em que morreram 78 mineiros. Nesse dia são promovidos eventos no mundo todo para a conscientização dos trabalhadores quanto aos riscos de acidentes no trabalho.

A razão para a apresentação do projeto deve-se ao fato de os agravos e as doenças relacionados ao trabalho trazerem prejuízos econômicos e sociais para os trabalhadores, suas famílias, a sociedade, bem como para as empresas e o poder público.

O Ministério do Trabalho e Emprego define acidente de trabalho como uma ocorrência geralmente não planejada, que resulta em dano à saúde ou à integridade física de trabalhadores ou de indivíduos. O Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (edição 2012),



apresentado pelos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, considera acidentes do trabalho os eventos que tiveram Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT – registrada no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, bem como os que, mesmo não tendo sido objeto de CAT, deram origem a benefício por incapacidade de natureza acidentária. Essa definição leva em conta as mudanças na metodologia de caracterização de acidentes de trabalho na concessão de benefícios previdenciários a partir de 2007. Prestado esse esclarecimento, o anuário informa que em 2012 ocorreram 77.116 acidentes de trabalho em Minas Gerais, dos quais 56.800 foram com CAT registrada e 20.316 sem CAT registrada.

Apesar dos números elevados de acidentes de trabalho, segundo informações da OIT, as doenças profissionais são as principais causas das mortes relacionadas com o trabalho. Estima-se que de um total de 2,34 milhões de mortes relacionadas ao trabalho, a cada ano, somente 321 mil são causadas por acidentes. Os demais casos são atribuídos aos diversos tipos de enfermidades decorrentes do trabalho.

A inexistência de uma prevenção adequada das enfermidades profissionais acarreta expressivos efeitos negativos não somente nos trabalhadores e suas famílias, mas também na sociedade, devido ao enorme custo gerado, particularmente no que diz respeito à perda de produtividade e à sobrecarga dos sistemas de seguridade social.

Diante desse cenário, o Ministério da Saúde criou em 2002, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – Renast –, com o objetivo de disseminar ações de saúde do trabalhador articuladas às demais redes do sistema de saúde. Posteriormente, em 2005, com a definição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, a Renast passou a ser a principal estratégia de organização da saúde do trabalhador no SUS. Trata-se de uma rede nacional de informações e práticas de saúde, organizada com o propósito de implementar ações assistenciais, de vigilância, prevenção e de promoção da saúde, na perspectiva da saúde do trabalhador.

Um marco normativo histórico sobre a matéria é a Convenção nº 155 da OIT, de 1981, que dispõe sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho. Essa convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1992 e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro em 1994.

Em 2008, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde instituíram a Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho, com o objetivo, entre outros, de avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Convenção nº 187 da OIT, que trata da estrutura de promoção da segurança e saúde no trabalho.

Como resultado dos trabalhos dessa comissão, em 2011 foi instituída a Política de Segurança e Saúde no Trabalho em âmbito nacional, por meio do Decreto nº 7.602. As ações a serem implementadas constam do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – Plansat. Um dos objetivos do Plansat é a inclusão de todos os trabalhadores brasileiros no Sistema Nacional de Promoção e Proteção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Entendemos que a criação de uma data comemorativa como a proposta no projeto de lei em exame contribuirá para sensibilizar e envolver a sociedade no debate sobre o tema de segurança e saúde no trabalho e fortalecer políticas que visem à sua promoção. Entretanto, como o termo utilizado na legislação sobre o tema é “segurança e saúde no trabalho”, consideramos ser ele o mais adequado para nomear a data que se pretende instituir. Apresentamos, portanto, substitutivo em que propomos essa alteração.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 698/2015, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui o Dia de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de abril.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira, relatora – Gustavo Corrêa.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.033/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Isauro Calais, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Central Diocesano da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.033/2015 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Central Diocesano da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover atividades beneficentes, caritativas, culturais, promocionais e de assistência social.

No desenvolvimento de suas atividades, a referida entidade não faz distinção alguma quanto a raça, cor, sexo, condição social e credo das pessoas assistidas, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.



Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Conselho Central Diocesano da Sociedade São Vicente de Paulo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.033/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.084/2015

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o Projeto de Lei nº 1.084/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.375/2013, tem por objetivo instituir no Estado o Dia do Agente de Segurança Penitenciário e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com os arts. 102, XV, e 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.084/2015 tem como finalidade instituir o Dia do Agente de Segurança Penitenciário em Minas Gerais, a ser celebrado anualmente em 30 de julho, como forma de homenagear essa categoria profissional na data em que foi criada a carreira no Estado, por meio da Lei nº 14.695, de 2003.

A Comissão de Constituição e Justiça ressaltou, em seu parecer, que a matéria foi analisada na legislatura passada e reproduziu a argumentação jurídica apresentada naquela ocasião, reafirmando não vislumbrar óbice à tramitação da matéria pois, em consonância com a repartição de competências entre a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios estipulada pela Constituição da República, a instituição de data comemorativa pode ser objeto de disciplina jurídica dos estados membros. Ademais, apontou que óbice também inexistia na Constituição Estadual no que toca à iniciativa da proposição por membro deste Parlamento, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia ou dos chefes dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. No entanto, propôs a supressão do art. 2º da proposição original, pois este previa o apoio do Poder Executivo e demais instituições competentes na elaboração das solenidades comemorativas relacionadas à data que se quer instituir, sendo tal comando considerado inapropriado devido ao princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição da República.

No que toca ao mérito, cumpre avaliar a pertinência e a oportunidade do projeto de lei em análise e, nesse sentido, ele também não esbarra em impedimentos. Afinal, conforme elucida a própria justificativa da proposição, a atividade do agente de segurança penitenciário é relevante no atual cenário do País, tendo em vista suas atribuições, detalhadas nos incisos do art. 6º da Lei nº 14.695, de 2003, reproduzidos a seguir: I – garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos penais; II – exercer atividades de escolta e custódia de sentenciados; III – desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos penais, inclusive nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações. Nesse sentido, também o inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 11.473, de 2007 (que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei nº 10.277, de 2001): “Art. 3º – Consideram-se atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, para os fins desta lei: (...) IV – a guarda, a vigilância e a custódia de presos; (...)”.

A situação dos sistemas carcerários brasileiro e mineiro, marcados pela superlotação, evidencia ainda mais a centralidade e a relevância da atividade de segurança prisional no quadro da defesa social. É o que denotam os dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ: há 378.885 vagas nos estabelecimentos penais do País, mas um total de 607.004 presos, donde resulta um déficit de 228.119 vagas; em Minas Gerais, a mesma fonte indica 38.028 vagas e 64.659 presos, ou seja, déficit de 26.631 vagas¹.

Contrapondo-se, de um lado, a natureza das atividades que competem aos agentes penitenciários e, de outro, tais dados, fica clara uma situação de trabalho de extrema responsabilidade e importância bem como de alto risco dessa categoria.

Outro aspecto que merece atenção no caso mineiro é a defasagem entre o número de agentes em atividade e o recomendado. Afinal, conforme o art. 1º da Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 2009, o projeto e a construção dos estabelecimentos penais estaduais destinados a presos provisórios e em regime fechado deveriam obedecer a proporção de até cinco presos por agente penitenciário; no entanto, se considerado o número de presos no Estado, apresentado acima (607.004 – dado oficial), e o de agentes de segurança penitenciários (17.042 – dado não oficial, da mídia²), essa proporção é de cerca de 35 detentos por agente em Minas Gerais. Isso pode ser interpretado como uma carga extremada de trabalho e dedicação numa atividade, em si, de risco e grande responsabilidade.

Percebe-se, por meio dessas informações e ponderações, que o agente de segurança penitenciário é um profissional de alta relevância e centralidade no cenário da defesa social, em particular se se considerar o atual quadro do sistema carcerário, tanto em nível nacional quanto estadual. Assim, mesmo sendo uma carreira relativamente recente no Estado, é plenamente justificável realçar essa categoria por meio de uma data dedicada exclusivamente a ela, inclusive no plano da iniciativa simbólica, como forma de se reconhecer o papel primordial dos agentes de segurança penitenciários. Portanto, a proposição em tela é pertinente e oportuna.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.084/2015 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

João Leite, presidente e relator – Sargento Rodrigues – Cabo Júlio.

¹ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php>. Acesso em: 30 jul. 2015.

² Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/quase-60-dos-agentes-penitenci%C3%A1rios-mineiros-s%C3%A3o-contratados-1.1008398>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.299/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Ação Ajude a Ajudar – AAA –, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.299/2015 pretende declarar de utilidade pública a entidade Ação Ajude a Ajudar – AAA –, com sede no Município de Coronel Fabriciano, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a assistência social integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos direitos sociais e ao amparo e proteção à família, à mãe, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, bem como a integração ao mercado de trabalho.

Com esse propósito, a instituição busca promover ações de assistência social e jurídica, de educação, cultura, esporte e de saúde e de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade substituir no art. 1º da ementa a palavra “associação” pelo termo “entidade”.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade Ação Ajude a Ajudar – AAA –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.299/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.505/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Elifaz – Abel –, com sede no Município de São João del-Rei.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.505/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Elifaz – Abel –, com sede no Município de São João del-Rei, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a inserção, promoção e proteção de indivíduos em situações de vulnerabilidade, social ou pessoal.

Com esse propósito, a instituição busca amparar indivíduos dependentes do uso de drogas e vítimas da exploração comercial dessas substâncias; proteger a família, as mães, as crianças, os adolescentes e os idosos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Beneficente Elifaz – Abel –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.505/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.507/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Bonifácio Mourão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Farias Presente – Ascofap –, com sede no Município de Guanhães.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1507/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Farias Presente – Ascofap –, com sede no Município de Guanhães, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a defesa de melhores condições de vida para a comunidade que representa, dirigindo-se com prioridade aos grupos familiares e às pessoas ali residentes.

Com esse propósito, a instituição busca promover a valorização da cultura, estimular a prática desportiva, a educação e formação profissional, oferecer apoio tecnológico e social a grupo de agricultores organizados e cooperar com a administração pública na resolução de problemas de mútuo interesse.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Farias Presente – Ascofap –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1507/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.510/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Faria, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Artística Cultural de Contagem Mercadores de Ilusões – ACMC –, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.510/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Artística Cultural de Contagem Mercadores de Ilusões – ACMC –, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da assistência social, da saúde e da educação, priorizando as famílias carentes.

Com esse propósito, a instituição busca a proteção à família, à mãe, à criança, ao adolescente e ao idoso; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a gestão de projetos sociais relacionados às crianças, aos jovens, aos idosos e às pessoas com deficiência.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela ACMC, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.510/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.894/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Amor em Gestos – AGE –, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.894/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Amor em Gestos – AGE –, com sede no Município de Pouso Alegre, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo dar assistência prioritariamente aos jovens em condição de vulnerabilidade social, especialmente aqueles de faixa etária entre 16 e 24 anos.

Com esse propósito, a instituição procura oferecer ao seu público-alvo treinamento profissionalizante na área de alimentação, tais como panificação, confeitaria e outros.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela AGE, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.894/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 4/8/2015**

A deputada Geisa Teixeira* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa tarde. Estamos retornando hoje a esta Casa com bastante energia, com bastante fôlego. Queremos, ao lado do nosso governador Fernando Pimentel, por meio de seus representantes, do seu secretariado, dos fóruns que estão ocorrendo em todo o nosso estado, estar cada vez mais próximos da população, do nosso povo e dos anseios da nossa gente mineira.

Hoje, na verdade, estou aqui com pesar muito grande pelo falecimento do nosso médico da minha cidade de Varginha Fernando Eugênio Pires do Prado, pessoa com destaque e ênfase na profissão que escolheu. Ele também era músico e participava de grandes eventos na nossa cidade e em todo o nosso estado. Hoje, de forma brutal, diria assim, por um acidente, ele nos deixou. Então, deixo aqui meu abraço, meu aperto de mão, meu carinho a toda a sua família, à esposa, Mariela, a seus filhos, a seus irmãos, a seu pai. Quero dizer que pessoas como Fernando Eugênio do Prado são aquelas que marcam não somente por seu trajeto, mas também por aquilo que conquistam e fazem de bom por nossa gente e nossa sociedade.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Queria me solidarizar e somar-me a V. Exa. nesse voto de pesar. Varginha e toda a região perderam com a morte de Fernando Eugênio, jovem promissor, que tinha um grande futuro pela frente, uma profissão brilhante, que desempenhava com o maior carinho e amor e que tantos serviços prestou não só a Varginha, mas a toda a região. De forma inesperada, veio para Belo Horizonte, à procura de recursos maiores, e aqui ocorreu o seu infausto falecimento.

Quero me solidarizar, assim como V. Exa. o faz, com toda a família. Os desígnios que temos são diferentes dos de Deus, que são insondáveis. Que a família tenha o conforto necessário para superar essa dificuldade. Não faltarão orações para que ele esteja em bom lugar e a família seja reconfortada. Só posso dizer, assim como V. Exa., que Varginha perdeu e perdeu muito. Muitas vezes dizemos que não há pessoas insubstituíveis, mas, no caso de Fernando Eugênio, na sua profissão, como músico, como idealista, como um jovem que adorava a vida, ele é insubstituível para a família e para todos nós.

Então, quero também expressar meus sentimentos a toda a população de Varginha e a sua família. Parabênizo V. Exa. por essa iniciativa, porque as pessoas de bem precisam ser lembradas não somente na hora da morte. Fernando Eugênio foi lembrado por tanta gente em vida porque trabalhou como médico de forma desprendida, gratuita, feita com o coração. Precisamos reconhecer publicamente, por intermédio da Assembleia, sua morte e seu valor para a sociedade. Parabéns pela iniciativa, porque essas pessoas jamais morrerão para tantas que as amam. Obrigado.

A deputada Geisa Teixeira* – Obrigada, deputado, pelas suas palavras, que só enfatizam o valor e todo esse trabalho feito pelo Fernando Eugênio, com a família, com as pessoas que atendia, enfim, uma pessoa generosa, desprendida e amada por todos nós, não somente da cidade de Varginha, mas também daquela região, porque ele foi alguém que fez a diferença. Deixamos aqui, com o coração muito entristecido, um grande abraço de pesar a todos os varginhenses. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Boa tarde, presidente Hely Tarquínio. Cumprimento especialmente os colegas deputados e deputadas, o público na galeria, toda a equipe de consultoria da Casa, a imprensa que nos acompanha e os telespectadores da TV Assembleia.

A expectativa é de que tenhamos um segundo semestre bastante produtivo na Assembleia Legislativa, com muito trabalho nas comissões, com a aprovação das leis e de matérias de interesse do povo mineiro. Quero fazer uma avaliação do primeiro semestre. Acredito que, em que pese a todos os momentos de maior tensão na Casa entre oposição e governo, o que é natural da democracia, tivemos um primeiro semestre bastante produtivo. Aprovamos uma nova estrutura organizacional, com a criação das Secretarias de Desenvolvimento Agrário e de Direitos Humanos. Precisamos lembrar da votação da Lei Orçamentária, que corrigia distorções da matéria apresentada no governo anterior, expondo os mais de 7 bilhões de déficit que Minas encontrou. Lembro também a aprovação da matéria que trata dos depósitos judiciais, em que, dando tudo certo, poderá dar a Minas Gerais um fôlego para tocar o governo nos próximos meses e no próximo ano. E lembramos também de uma série de momentos históricos, como os debates da redução da maioridade penal, do genocídio da juventude negra e dos atingidos por barragem.

Portanto, acredito que tivemos um primeiro semestre bastante produtivo. Estou dizendo do lugar em que estou, da presidência da Comissão de Direitos Humanos e da vice-liderança do bloco. Acredito que outros companheiros poderão complementar com a avaliação que têm da Assembleia Legislativa nesse primeiro semestre. É claro que está tudo pronto para termos um segundo semestre ainda melhor, ainda mais produtivo, correspondendo aos anseios e às expectativas da população de Minas Gerais.

Quero fazer um destaque, presidente. Temos falado muito sobre os compromissos que o governador Fernando Pimentel fez durante a campanha, compromissos que o tornaram vitorioso no pleito eleitoral. Mas gostamos de dizer que vitorioso não foi o Fernando Pimentel, mas o programa de governo apresentado. Precisamos destacar duas situações. A primeira foi a aprovação pela Assembleia do cronograma do pagamento do piso nacional da educação. A Assembleia teve papel fundamental, e na votação em 2º turno houve um momento emocionante. Este Plenário foi basicamente invadido – no bom sentido – pelos professores que comemoravam a aprovação em 2º turno da matéria.

É claro que, quando falamos da educação, a aprovação do cronograma de pagamento do piso é um ponto entre vários que estão acontecendo.

Entre eles, a convocação de cerca de 15 mil concursados ainda para este ano; o início da publicação das aposentadorias, que vários trabalhadores aguardam há anos; a modulação, no caso dos professores atingidos pela Lei nº 100, e a perspectiva de designação para o ano que vem. Então, acho que tivemos boas notícias na educação, e destaco esses avanços.

Mas quero destacar também a realização dos fóruns regionais de governo. Na última sexta-feira, o governador e sua equipe de secretariado estiveram em minha cidade, São João del-Rei, e, na presença de cerca de 840 pessoas – lideranças, sociedade civil e cerca de trinta prefeitos – deram continuidade àquilo que também foi um importante compromisso de campanha de Fernando Pimentel: ouvir para governar. Isso não poderia vir de outro governador se não daquele que nesta capital teve a grande experiência do orçamento participativo, que, se apropriando das tecnologias, se desdobrou para um novo modelo: o orçamento participativo digital. Ou seja, o governador Pimentel tem grande experiência em ouvir. Realizou-se então esse fórum, em que a população foi convidada a se manifestar e expor as principais reivindicações da nossa região, Campo das Vertentes, para o governo. Naquele momento, eu disse ao governador que sua presença era histórica, e por um motivo, deputada Geisa Teixeira: São João del-Rei já foi berço de um governador e sempre recebeu governadores, mas a grande diferença é que, na maioria das vezes, os governadores foram a nossa cidade para nos dizer o que fazer; dessa vez, Fernando Pimentel esteve ali para perguntar ao povo da região do Campo das Vertentes sobre as suas principais demandas. Vejam como muda!

O que queremos dizer ao povo mineiro é que a cidadania será exercida de forma robusta neste governo. Vemos a criação da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular e a realização dos fóruns regionais, onde o povo é chamado a participar do governo, extrapolando o conceito de cidadania. Não vamos mais dizer que somos cidadãos porque pagamos impostos ou porque votamos nas eleições. É muito mais do que isso. Somos cidadãos porque votamos e pagamos os impostos, sim, mas, acima de tudo, porque ajudamos a definir as diretrizes e as prioridades da ação do governo. Isso é muito importante para Minas Gerais. Estamos falando em liberdade de fato, em democracia de fato.

Portanto, inicio esse segundo semestre dos nossos trabalhos com bastante ânimo e disposição. Acho que temos muita coisa boa para fazer e tenho boas perspectivas com relação ao nosso governo. É claro que, para as coisas darem certo, vamos precisar de um pacto entre a base do governo e a oposição. Acredito que a oposição cumpriu um papel importante em determinadas votações, quando sua ação foi fundamental para que as coisas dessem certo. Mas, além de fazer o que fazemos, precisamos também estabelecer um bom ambiente. O Brasil vive um momento difícil, com uma radicalização muito forte da política e com o alimento do ódio. Lamentavelmente, vimos, por exemplo, a sede do Instituto Lula ser atingida por bombas; também as sedes do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais e em São Paulo já foram atacadas. Por que esse ódio ao PT? Para aqueles que têm a memória mais curta, o Partido dos Trabalhadores foi aquele que tirou 30 milhões de pessoas da linha da miséria; que tirou o Brasil do mapa da fome da ONU; e que transformou a nossa economia em uma das principais do mundo, em uma economia robusta. É claro que passamos por uma crise, mas não uma crise específica do Brasil: é a mesma crise que quebra a Grécia e derruba a bolsa de valores na China. Evidentemente, ainda consequência da crise de 2008, de cujos impactos nos lembramos bem. Mas o Brasil continua firme e resistente.

Então, não dá para uma pessoa dizer: não queremos alianças com o Partido dos Trabalhadores, não queremos diálogo com a presidenta Dilma; o que queremos é a cassação do registro do Partido dos Trabalhadores por tudo o que ele fez. A culpa do PT é esta: ter mudado o Brasil, ter melhorado o País, ter inserido milhões de estudantes no ensino técnico profissionalizante, ter aumentado o número de universidades no País. Essa é a culpa do PT. Evidentemente que, se alguns dos seus indivíduos tiverem cometido algum ato ilícito, eles serão julgados, respeitando-se o amplo direito de defesa, e, se condenados, pagarão nos termos da lei.

O que não dá é representantes de outras siglas partidárias, como o nobre deputado João Leite que me antecedeu, no seu ataque ao Partido dos Trabalhadores, tentarem passar para a população a impressão de que o PSDB é o partido mais honesto do nosso país. O PSDB tem bons quadros, pessoas idôneas, pessoas honradas, mas, de longe, o PSDB tem 100% de idoneidade na sua trajetória, na sua biografia. Os mesmos problemas que o então deputado tenta apontar como falhas do Partido dos Trabalhadores ou de seus membros têm relações com membros do próprio PSDB. Por exemplo, o Youssef, que tem denunciado membros do PT na Operação Lava Jato, denunciou o senador Aécio Neves de ter recebido dinheiro de empresa de Furnas. Como é isso? O mesmo delator do chamado Lava Jato, que implica membros do Partido dos Trabalhadores, disse que o então presidente, à época, do PSDB, Sérgio Guerra, não só recebeu recurso como recebeu recurso em espécie. Estamos falando do partido que foi protagonista na compra de votos histórica para reeleição.

Eu poderia listar aqui uma série de problemas, uma série de situações, mas a grande pergunta que queremos fazer é a seguinte: queremos ter um pacto de governança pelo Brasil? Eu quero entender que, quando o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves, disse que o PSDB é o maior partido de oposição ao Brasil, aquele foi um ato falho. E que aquilo não foi uma vontade subjetiva de inconsciência, porque, se o ex-presidente Fernando Henrique disse que é preciso que se crie um ambiente mínimo para que haja uma discussão em prol do Brasil, estamos falando de uma oposição que tem um limite de responsabilidade. Diferente disso, a radicalização, para mim, é contra o País. Ela não interessa ao Brasil, não interessa aos problemas do povo brasileiro.

É preciso que a gente estabeleça aqui, na Assembleia, esse ambiente. Ele surgiu. Percebo que, no começo da legislatura, algumas disputas foram extremamente inflamadas, algumas vezes impossibilitando que matérias fossem votadas e que questões importantes dessem prosseguimento nesta Assembleia, mas já no final, agora, no segundo semestre, não. A oposição cumpriu o seu papel e, entendendo que deveria votar contra, votou contra, fez suas ponderações, mas não se perdeu o ambiente de respeito, que é importante ser preservado nesta Casa.

O momento que estamos vivendo da política não é o melhor, e todo mundo sabe disso, como um todo. Não se trata especificamente daquele indivíduo ou do outro, daquele partido ou do outro, o momento da política é muito complicado. E cabe a nós decidir se queremos agravar esse humor da população em relação à política ou se queremos dar respostas, o que eu acho que o povo quer, mediante crises. Crise tem de ser isso, tem de ser parceira de solução.

Então a grande proposta, o convite que fazemos, é que haja um grande pacto sem que ninguém abra mão das suas prerrogativas, das suas convicções, da sua ideologia, da sua biografia, mas que, acima de tudo, a gente não perca de vista o limite da responsabilidade que temos de ter com Minas e com a população.

Então, presidente, é isto: uma fala muito franca, muito objetiva, mas ainda carregada do entusiasmo de que teremos agora um segundo semestre ainda melhor e com respostas positivas para o povo mineiro. Obrigado e boa tarde.



* - Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Meu presidente Hely, é um prazer estar aqui, iniciando este segundo semestre com a Mesa tão bem comandada por V. Exa., o Plenário tão bem comandado por V. Exa., a fim de expor, mais uma vez, uma situação que causa certa preocupação e até indignação nas famílias mineiras, em todos nós que lutamos, que militamos contra o álcool, contra as drogas, em nosso estado. Novamente trago à baila a questão do programa Aliança pela Vida.

O programa Aliança pela Vida alçou Minas Gerais à condição de referência nacional no combate e prevenção ao uso e abuso de álcool, *crack* e outras drogas e vem sofrendo, desde o início do ano, no que concerne ao relacionamento da secretaria de Saúde com as comunidades terapêuticas.

Hoje, em Minas Gerais, são 70 comunidades terapêuticas inscritas no programa Aliança pela Vida. Todas são muito bem fiscalizadas, cumprem as determinações da Vigilância Sanitária, prestam um serviço de altíssima relevância social para Minas Gerais e retiram homens e mulheres e pais de família do vício do álcool e de outras drogas. Só que essas comunidades estão sendo atacadas. Pessoas da Secretaria de Saúde estão visitando essas comunidades, especificamente do programa Aliança pela Vida, e descredenciando-as. Veja só que absurdo, deputado Antônio Jorge, V. Exa. participou ativamente da construção desse programa que trouxe avanços consideráveis para Minas Gerais. Algumas pessoas da Secretaria de Saúde estão dizendo hoje que é um programa para a manipulação política e que foi usado com benefício político para grupos A e B. Isso não procede de forma alguma, pois é um programa com editais e previsões legais para o cumprimento de determinações para a participação. Não há tipo algum de direcionamento político.

Hoje esse programa conta com aproximadamente 1.100 acolhidos no Estado. O que faremos se ele acabar? Deputado Mourão, 1.100 acolhidos jogados nas ruas, à mercê do tráfico de drogas porque o tratamento será interrompido. Já não existe dinheiro. Novamente os pagamentos estão atrasados porque as comunidades agora estão sendo descredenciadas. E há um absurdo maior. A fila de espera para as pessoas que se habilitam a participar do programa já não existe. Se algum acolhido deixa o tratamento, a vaga é fechada, ou seja, extinta. Então uma nova pessoa não pode ser tratada nem acolhida. Dessa forma, as famílias e as vidas ficam prejudicadas, assim como o combate às drogas no nosso estado. Aliás, hoje temos a votação do Requerimento nº 616, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde um pedido de informações sobre a data e o horário previstos para o pagamento dos recursos referentes ao Cartão Aliança pela Vida, atrasados desde fevereiro deste ano. A que ponto chegamos? Por que chegamos a esse ponto? Porque hoje, na Secretaria de Saúde, há pessoas sectárias, que levam o discurso à beira do absurdo. A tendência dialética e doutrinária imposta por elas demonizam as comunidades terapêuticas. Quanto ao grupo ligado à luta antimanicomial, cito, especificamente, as Dras. Márcia Elizabeth e Miriam Abuid, que sistematicamente prejudicam, atacam, achacam e aterrorizam as comunidades terapêuticas. Só que não estão de acordo com a visão explicitada ontem, na Comissão de Saúde, pelo Sr. Fausto, secretário de Estado de Saúde, que disse, de maneira clara, inequívoca e peremptória, que é a favor das comunidades e do programa. Há pessoas na Secretaria de Saúde que vão no sentido oposto ao secretário. Certamente alguém está bancando a militância delas, ou seja, alguma força política está garantindo ali a permanência dessas duas senhoras. Quem está por trás dessa atuação? Qual é o partido que banca essa atuação? Quais são as pessoas que bancam uma atuação contra a vida e a família, uma atuação que busca destruir o programa Aliança pela Vida e retirar Minas Gerais da vanguarda do combate ao uso de álcool, *crack* e outras drogas no nosso estado.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Só quero dizer a V. Exa. que precisamos ter responsabilidade para com essas comunidades. O problema do álcool e das drogas – aliás, as drogas legais, o álcool e o cigarro; e as ilegais, o *crack*, a maconha, a cocaína e outras tantas – aflige as famílias brasileiras.

Os jovens, no ímpeto de usar balas e doces, ácidos e outros produtos sinteticamente feitos em festas, e utilizando-se de álcool associado a essas drogas, têm trazido um transtorno enorme à sociedade: batidas de automóveis, mortes, *overdoses*. Ou seja, jovens com grande potencial de enriquecer esta nação, este país, estão na sarjeta perdendo a vida. Famílias estruturadas estão adoecendo junto com os dependentes químicos, além do desespero de um pai e de uma mãe que criaram um filho não para ser escravo das drogas, escravo do diabo, escravo da sarjeta, do lixo, escravo de um prazer enganoso, momentâneo, que não vai levá-lo a lugar algum a não ser à morte ou ao crime. Precisamos combater isso. O terceiro setor é importante.

Quero dizer a V. Exa. que perdemos um dos grandes homens que pregava isso, meu amigo e doutor Içami Tiba, que fez várias palestras para mim. Aquele japonês carismático, piadista, médico com 40 anos de medicina psiquiátrica de consultório, que se levantava em Cotia às 4 horas da manhã para chegar a São Paulo cedo e começar a atender em sua chácara em Itaim Bibi, bairro nobre de São Paulo. Ele voltava às 8 horas da noite para casa, tirava sua soneca entre uma e duas horas porque acordava às 4 horas. Aquele homem trabalhou incansavelmente e foi, acima de tudo, uma pessoa que deu a luz para que educássemos para transformar, para prevenir essa questão das drogas. Içami Tiba foi um grande homem, agora uma grande perda para a nação brasileira. A morte do Dr. Içami Tiba me deixa muito comovido, em especial porque era um amigo, um palestrante a quem levei por três vezes a Uberlândia. Era uma pessoa por quem tínhamos, sem dúvida, uma grande crença e que sempre acreditou nas CTs, que sempre acreditou em todo tipo de ajuda, embora fosse um médico psiquiatra. Ele acreditou no ato de educar para prevenir o uso das drogas. Içami Tiba deixa um legado – ele e sua família: sua esposa, seu filho e suas duas filhas -, um legado de missionário de educar, de escrever como moldar nossas crianças, como formar cidadãos. Içami Tiba foi uma grande perda para este país, por isso hoje todos os brasileiros estão de luto. Ele era um homem importante, honesto, trabalhador, um grande médico psiquiatra, um grande educador e, acima de tudo, uma figura humana extraordinária, filho de um migrante que veio dar frutos aqui.

Deputado, fico com V. Exa.. Estou como soldado de V. Exa. na defesa das CTs. Em Uberlândia e região há muitas importantes e não podemos abandoná-las, jogá-las ao léu, deixá-las sem recurso e fazer uma política que não as apoie ou incentive. Se houver algum erro, elas terão de ser orientadas e cobradas para melhorar, e não ceifadas e extirpadas. Isso não vamos aceitar do governo do PT em Minas Gerais.



O deputado Léo Portela – Obrigado, deputado Felipe Attiê. É verdade porque a situação nos causa bastante preocupação. Minas Gerais está indo por qual caminho? Agora foi aprovada na Assembleia uma lei que libera a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Sinceramente, espero que o governador Fernando Pimentel veto essa iniciativa tão prejudicial a Minas Gerais e às famílias. Se você precisa usar bebida para se alegrar, para confraternizar e estar ali no futebol, ora, você precisa identificar bem se não está dependendo do álcool para ser feliz. Minas Gerais não pode, nesse sentido de destruição do combate ao uso de drogas e de liberação, conceder flexibilização total e incentivo à venda de bebidas alcoólicas no Estado.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Deputado Léo Portela, V. Exa. trata de um assunto muito importante para o Estado e para o Brasil. Minas Gerais realmente é referência, por isso tenho a certeza de que, com essa luta, V. Exa. conseguirá manter abertas as casas de recuperação, essenciais aos jovens dependentes que precisam desse apoio e que se sentem hoje ameaçados.

No mesmo encaminhamento de V. Exa., quero cumprimentar Franciele Gomes da Rocha, campo-belense que, na semana passada, se sagrou campeã dos Jogos Pan-Americanos realizados em Toronto. Ela tem uma história muito bonita. Formada nas divisões de base da nossa Praça de Esportes em Campo Belo, seu professor, Joel Moreira, vendo aquela jovem com capacidade, a levou para fazer teste em São Paulo.

Em São Paulo, onde estive para fazer o teste no handebol feminino, enfrentou dificuldades até mesmo para locomover-se e alimentar-se. Na volta, antes de chegar a Campo Belo, sofreu um acidente, mas, graças a Deus, houve só perda material. Ela continuou a sua luta, e sua família sente-se muito orgulhosa.

Domingo, em Campo Belo, às 19 horas, na chegada triunfal, uma grande carreta marcou a recepção da Francielle, campeã mundial dos Jogos Pan-Americanos, realizados em Toronto. Isso para brilho de Minas Gerais e do nosso Brasil, e para a alegria de Campo Belo, no handebol feminino.

Vou ler rapidamente o que tenho aqui, ainda no prazo que V. Exa. me concedeu. “Começou no handebol bem jovem, na prática de educação física, na Escola Estadual Miguel Rogana, no Bairro Senhor Bom Jesus, em Campo Belo, quando foi convidada pelo Prof. Joel Moreira Júnior, que trabalha na escola, para integrar a equipe do Campo Belo Tênis Clube, a nossa Praça de Esportes. De lá, foi para o teste em Guarulhos e não parou mais. Veio a convocação para a Seleção Brasileira de base, depois um convite para jogar na Áustria, onde ficou por dois anos. Recentemente voltou para a equipe de Guarulhos. A nossa Francielle, com muita alegria, participou dos Jogos Pan-Americanos 2015, em Toronto, recebendo Medalha de Ouro.”

Esse é um exemplo de sucesso a ser seguido V. Exa. vem aqui pautar para que não falem recursos aos que precisam se recuperar. A Francielle, graças a Deus, foi por um caminho diferente.

Quero deixar, por último, a minha fala em apoio à luta de V. Exa, pois acredito muito na sua fibra e nesse princípio. Conte sempre com o apoio deste parlamentar. Agradeço o aparte e por conceder a nossa Francielle essa justa homenagem. Muito obrigado, deputado Léo Portela.

O deputado Léo Portela – Sou eu que agradeço, deputado Bechir. Campo Belo, a nossa querida Campo Belo, sempre revelando talentos. Cito especificamente dois, que são talentos na recuperação de vidas, talentos na ação social: o pastor Daniel e o pastor Wesley, pessoas muito queridas da nossa Campo Belo.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Agradeço o aparte, Léo. Pena que não tenho tempo para expressar aqui a minha admiração pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo por milhares e milhares de jovens dependentes químicos, jovens que não têm outra opção a não ser recorrer a esse programa governamental tão importante e que está sendo desmerecido, infelizmente, por técnicos da Secretaria de Saúde.

V. Exa., ontem, foi preciso e firme, dizendo o que tinha de ser dito. Espero que o secretário Fausto possa levar em consideração as suas palavras, porque programa como esse não pode acabar, como está acontecendo em Minas Gerais. Acho que o governo tem de fazer uma avaliação. Muita gente não quer admitir acertos de governos passados. Só por ser do governo passado, eles tentam sepultar um programa como esse. V. Exa. foi firme. Saí da Comissão de Saúde com a maior admiração pelo seu trabalho, jovem, mas de uma postura impecável, corajosa, ética e responsável. Então conte com este parlamentar e com a Comissão de Saúde. Se for necessário discutir mais uma vez, especificamente, esse tema, proponha uma reunião, porque o debate vale a pena e é importante que as pessoas da secretaria, insensíveis, escutem a voz da razão e vejam o trabalho de V. Exa. Muito obrigado.

O deputado Léo Portela – Muito obrigado, deputado Pimenta. Vindo de V. Exa., deputado referência para todos nós, fico muito orgulhoso e feliz.

Rogo ao governador Fernando Pimentel que não deixe Minas Gerais caminhar em direção a um horizonte tão nefasto, tornando-se em um estado que permite, que flexibiliza, que incentiva a venda de bebidas alcoólicas e, principalmente, destrói programas de prevenção ao uso de *crack* e outras drogas para a nossa gente, para as nossas famílias. Governador Fernando Pimentel, não deixe que isso vá adiante: veto a liberação das bebidas nos estádios e levante-se contra os que querem destruir o programa Aliança pela Vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Presidente, não estou impaciente. Todas as intervenções foram muito pertinentes.

Dois assuntos me fazem ocupar esta tribuna. Um deles já foi muito bem explanado pelo deputado Léo Portela. Não vou estendê-lo. Ontem tivemos, na Comissão de Saúde, a presença do secretário Fausto. Dada sua história e capacidade técnica, ele posicionou-se quanto às comunidades terapêuticas - CTs. Pretendo continuar mantendo essa posição de muita crença na posição do secretário Fausto. Acho que o assunto está liquidado. O secretário Fausto ontem, em nossa comissão, disse: “Está gravado e estou aqui. A secretaria sou eu, e as comunidades terão continuidade. Terão seus contratos renovados, e o programa Aliança terá continuidade”.

Tive, com muita delicadeza, oportunidade de dizer ao secretário Fausto que é necessário que sua equipe se alinhe ao seu pensamento, já que, como foi dito aqui pelo deputado Léo Portela, o segundo escalão não se posiciona assim. Enfim, acho que esse posicionamento dará tranquilidade às CTs e continuação aos nossos trabalhos.



O que me traz aqui é um certo esvaziamento do Plenário. Fico muito satisfeito com a entrada do deputado Durval Ângelo e do meu presidente de bloco, deputado Agostinho. Queria problematizar, deputados Durval Ângelo e Gustavo, líder da oposição, a questão da sanção na tarde de hoje, ou no final de tarde, pela presidenta Dilma. Faço um elogio em meio a tantas críticas hoje à presidenta Dilma por tantos problemas que estamos vivenciando. Com sua equipe, muito pela presença do ministro Levy, que infelizmente sofre muita oposição dentro do próprio PT, que governa o País neste momento, ela teve a sabedoria de sancionar e já anunciar essa decisão aos governadores que estiveram com a presidência nesta segunda-feira. Ela sancionará a lei dos depósitos judiciais.

Esta Casa viveu uma enorme polêmica sobre esse assunto. Este deputado votou contra a proposição, a mensagem do Executivo Estadual, aprovada aqui por ampla maioria, com o entendimento de que a utilização do recurso privado caracterizaria um certo confisco. Vencida a questão política, foi remetida ao Conselho Nacional de Justiça por cidadãos. A Procuradoria-Geral da República já se manifestou, não formalmente, mas já externou o seu posicionamento pela inconstitucionalidade desta e da lei do Rio Grande do Sul. Ou seja, teríamos um assunto esgarçado, deputado Durval, nos tribunais, mas, felizmente, a presidente aprovou, num grande acordo, a proposta do senador Serra, que diz que os depósitos poderão ser utilizados – melhorando a lei de 1998 – pelo ente público afim, ou seja, ao estado caberá usar até 70% dos depósitos daquelas ações em que ele tem parte, deputado João Leite.

Assim, venho a esta tribuna muito motivado em defesa dos municípios mineiros. A crise é notória. Não vou fazer juízos aqui nem análises complexas sobre os motivos dela, mas é notória. Os municípios passam por uma dificuldade sem precedentes. Prefeitos experientes, que acumulam dois, três, quatro mandatos, dão testemunho de que nunca vivenciaram tamanha restrição de recursos na gestão municipal.

Vejam os senhores que os depósitos judiciais seriam utilizados, inclusive a parcela privada, pelo governo do estado. A norma que será sancionada pela presidente Dilma já consigna, na sua origem, que é direito do ente público, seja o estadual ou municipal, usar 70% das ações afins. Isso representa para Belo Horizonte R\$400.000.000,00; para Contagem, R\$60.000.000,00, sem mexer com o dinheiro das pessoas, deputado Mourão.

Então, quero dizer que foi um avanço muito grande o entendimento do governo federal. Tenho muita convicção do papel do ministro Levy. Acho relevante salientar, num momento de tanto tensionamento entre essa bipolaridade PSDB-PT, que reputo como muito nociva para a política nacional, que tivemos a presidente entendendo uma proposta oriunda de um senador do PSDB. Acho que isso é relevante como um indicador para a política, mas acho que trazemos um embaraço a mais para o nosso caso, Minas Gerais. Se já havia o entendimento de parte da sociedade da inconstitucionalidade, a manifestação do próprio procurador-geral da República numa visada ainda não formal sobre o projeto de lei – que será, certamente, muito questionada pelos cidadãos, que têm lá o risco do seu recurso –, agora temos uma norma aprovada pela presidente que é do Partido dos Trabalhadores e que cria uma homogeneidade no tratamento dessa questão em todo o território nacional.

Nesse sentido quero colocar o ingrediente da justiça, da expectativa dos prefeitos municipais que passam por essa enorme dificuldade de recursos, dos pequenos aos maiores indistintamente.

Então, acho que avançamos. Acredito que é preciso reconhecer que o governador Pimentel manda para esta Casa uma matéria em que parte dela foi pacificada. Então, há que se reconhecer um mérito na iniciativa do governo com tantas carências. Se a norma federal for respeitada, a partir de agora, continuará fluindo aos cofres estaduais recursos de sete dígitos. Não estamos falando que estamos subtraindo da possibilidade do governo estadual a utilização de recursos importantes para enfrentar as dificuldades hoje colocadas no cenário estadual também, mas estamos dizendo que pacificamos um entendimento, não mexemos com recursos das pessoas e, principalmente, temos uma norma federal, que será sancionada hoje, que automaticamente estende esse socorro para os prefeitos municipais de forma a partilhar as dificuldades de forma justa.

Portanto, quero dizer aqui hoje do acerto da presidente Dilma, do senador José Serra, com toda a sua bagagem e experiência. Esperamos, deputado Durval – por isso festejamos a presença de V. Exa. no Plenário –, que, a despeito da vitória política da aprovação aqui, ainda haja tempo, serenidade e sabedoria de todos nós para discutirmos a partir desse cenário novo colocado.

Foi uma surpresa a rápida aprovação. Não esperávamos – nem o senador Serra, nenhum membro da oposição – que a presidente tivesse essa diligência mais uma vez, certamente provocada pelo ministro Levy. Isso muda muito o cenário político. Acho que muda muito a questão jurídica, pois pacifica. Se havia brecha no entendimento da legislação que vinha sendo superada, agora estamos com uma legislação absolutamente renovada, atualizada e que será sancionada pela presidente da República. Acho que essa discussão merece ganhar uma nova textura, uma nova colocação dentro dessa conjuntura. De resto, é matéria em que sobra mérito para a presidente, sobra mérito para o senador Serra e seguramente para o governo estadual, que teve a iniciativa de provocar esse assunto e entende a necessidade do socorro financeiro para as contas do estado.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, quero dizer ao nosso grande líder de Juiz de Fora, deputado Antônio Jorge, que está falando no Plenário, é médico-psiquiatra consagrado, conhecedor do orçamento público e foi secretário, que estamos acompanhando esse caso. É bom explicar para a população que a lei do Serra prevê pegar somente os recursos que são do estado que estão em depósitos judiciais. Por exemplo, aquela firma produtora de guaraná tomou uma autuação, uma multa da receita estadual. Multa abusiva, lesiva, está sendo discutida na Justiça. Foram depositados R\$2.000.000,00 dessa multa. Está sendo discutido na Justiça se essa multa aplicada sobre ela pela Receita Estadual tem procedência ou não. O dinheiro está depositado em juízo. O Pimentel vai poder usar 75% desses R\$2.000.000,00; 70% desses R\$2.000.000,00 são do Estado. Ele não vai mais poder usar os 75% do dinheiro do aluguel da D. Maria que o advogado dela depositou em juízo, em virtude de um aumento ilegal do aluguel que o Seu João deu sobre ela e que eles estavam demandando em juízo. Esse, o Pimentel ia pegar para pagar conta do Estado, mas com essa lei estadual não vai mais.

Acho que o Joaquim Levy e a Dilma foram inteligentes porque os governadores do próprio PT estão arrebatando o ajuste fiscal do governo federal – o Beto Richa, o Sr. Pimentel, o Sr. Pezão. Assim o governo federal não vai conseguir derrubar a inflação. O que eles fizeram? “Bom, se eu deixar, os governadores vão fazer lei para pegar R\$8.000.000,00, R\$6.000.000,00. Se eu fizer a lei legal para que peguem somente o dinheiro que é deles, não pegarão mais o dinheiro da D. Maria, do Seu João, das prefeituras de Uberlândia, de

Contagem e de Betim; vão pegar R\$1.400.000.000,00. Então é melhor deixá-los gastar R\$1.400.000.000,00 que arrancar R\$6.000.000.000,00 da conta do Banco do Brasil e jogar no mercado. Multiplicando isso por 10 estados, são R\$60.000.000.000,00. Foi embora o ajuste fiscal do governo, acabou tudo. Os estados vão desequilibrar as contas públicas nacionais com esses saques dos depósitos judiciais do País inteiro. Aí o ministro e a presidente correram e sancionaram a lei do Serra, pois essa lei vai diminuir muito os saques. Os estados estão em uma situação... Você viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul ontem.

Devolvo a palavra ao deputado Antônio Jorge, dizendo que o governo do PT tem de tomar muito cuidado. Agora vai começar a aumentar os impostos sobre os empresários. Em Uberlândia, as empresas vão embora para Goiás. O melhor governador da história de Goiás será Fernando Damata Pimentel. Será o melhor governador da história de Goiás. O Perillo vai agradecer, pois as empresas vão saltar o Rio Paranaíba e se instalarão em Goiás. Vai haver perda de receita com essa política fiscal agressiva tentando arrancar de onde não tem em cima das empresas atacadistas, as empresas do Triângulo Mineiro. Devolvo a palavra para V. Exa. Agradeço o aparte.

O deputado Antônio Jorge* – Deputado Felipe Attiê, agradeço sua contribuição.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado Antônio Jorge, acho que a intervenção de V. Exa. foi muito equilibrada. *Mutatis mutandis* não tivemos aqui nenhuma emenda da oposição que falasse especificamente de depósitos em que o ente federativo estadual era parte. Isso significa que aquela radicalidade não era tão forte assim. Há uma compreensão no governo federal de que esses depósitos judiciais – lembrando o triste ministro – não são “imexíveis”.

A segunda questão: essa lei permite, mas não proíbe, em hipótese nenhuma, o uso também do conjunto dos depósitos judiciais. Não proíbe, não há nenhuma norma na lei proibindo. Tanto não proíbe que o Rio Grande do Sul, há 11 anos, usa; o Paraná, desde o dia 25/7/2013, usa – e foi num projeto votado num único dia, 25/7/2013; o Rio de Janeiro usa; Sergipe usa; a Bahia, o Pará e dois estados dos quais não me lembro o nome usam. Outra: houve uma discussão sobre inconstitucionalidade no decreto do Paraná, porque o decreto extrapolou a lei.

Acho que, primeiro, já caminhamos um pouco mais, já há uma parcela de compreensão de que o governador Pimentel estava certo. Como não há proibição, não existe o dinheiro do cidadão. O órgão que garante, caso o banco quebre, é o Poder Executivo, que arrecada imposto. Essa é a garantia do cidadão. Pergunto: a deixar o banco especular, é preferível que a prefeitura use, que o Estado use esse recurso.

O deputado Antônio Jorge* – Agradeço sua participação, deputado Durval Ângelo. Passarei a palavra ao deputado Bonifácio Mourão. Mas agradeço, com uma dose grande de frustração porque acho que, se for esse o entendimento oficial do governo, continuaremos estancados nesse assunto e teremos muitas demandas judiciais daqui para a frente. Acho que a norma não proíbe nem autoriza, ela especifica. Há uma hierarquia das leis. A lei é federal, é uma matéria atinente à esfera federal.

Enfim, teremos, pelo visto, continuação desse debate. Quero, mais uma vez, salientar a importância da norma no que tange aos municípios mineiros.

Com muita satisfação, gostaria que a abalizada e autorizada posição do deputado Bonifácio Mourão, que estudou muito esse assunto, encerrasse o nosso debate na minha breve intervenção.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Obrigado, presidente e deputado Antônio Jorge. Não há nenhuma dúvida de que a aprovação dessa lei aqui na Assembleia foi absolutamente precipitada, e agora está ficando provado. Quando nós, da oposição, ponderamos o tempo todo que não poderíamos votar de afogadilho, de forma precipitada, uma lei que autorizava o governo Pimentel, do PT, a transferir para o Executivo cerca de R\$6.000.000.000,00, ponderávamos que havia uma lei federal, a Lei nº 11.429, e um projeto de lei do senador José Serra que regulavam a espécie. Onde há lei federal, prevalece a lei federal, pelo princípio da hierarquia das leis, e estávamos quebrando esse princípio. Acabamos quebrando.

Nós, da oposição, não temos culpa, porque votamos contra e fizemos pronunciamentos sucessivas vezes aqui mostrando o que V. Exa. está mostrando agora, que estávamos pegando dinheiro dos particulares, da D. Maria, dinheiro da pensão de alimentos, deputado João Leite, dinheiro da pensão de alimentos da pobre coitada da viúva que ganha para dar alimento a seus filhos e não leva, porque o Estado pegou o dinheiro. Ponderávamos tudo isso, mas, ainda assim, por franca maioria de votos, foi aprovada. V. Exa. entende que foi pacificado, mas eu não entendo assim. Não foi pacificado, foi a maioria ampla, não há dúvida. Mas houve protesto veemente da oposição.

Agora, deputado Antônio Jorge, como vai ficar? O projeto do senador José Serra estabelece que – e ele será sancionado, não sei se será breve...

O deputado Antônio Jorge* – Será sancionado hoje.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Pois é, será sancionado hoje. Ele estabelece o pagamento de 30%, em primeiro lugar, prioritariamente, de precatórios. A seguir, dívida pública; terceiro, investimentos; quarto, inativos.

Como o governador Pimentel vai fazer? Será que Minas Gerais novamente não vai cumprir a lei federal? Será que Minas Gerais vai continuar sendo uma ilha onde 26 estados cumprem, mas Minas Gerais não? Não pode, não pode acontecer uma situação dessa, senão vão surgir inúmeras ações judiciais requerendo que se cumpra a lei federal em Minas, porque Minas também está no Brasil. Embora num Brasil onde, no momento, lamentamos os procedimentos violentos quanto à ética praticada no governo atual.

O deputado Antônio Jorge* – Agradeço seu aparte. Vou encerrar e queria, mais uma vez, deputados presentes, salientar que a provocação e a reflexão que faço aqui têm muito no horizonte os municípios mineiros. E também dizer, deputado Durval Ângelo, que foi apresentada uma emenda, pelo deputado Ricardo Faria, a qual nos contemplava em relação à questão dos municípios, mas infelizmente ela encontrou oposição dos deputados da base do governo e foi derrotada. No entanto ela teve o nosso voto. A preocupação é a legalidade e a isonomia de acesso a esses recursos, já que a crise se debruça sobre todos. Então quero, principalmente, avisar que é preciso ajudar os municípios mineiros.

Obrigado, presidente, pelo excedente do tempo e pela benevolência.

* - Sem revisão do orador.

**60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 5/8/2015**

O deputado Professor Neivaldo* – Boa tarde a todos e a todas. Tentarei falar, apesar da tosse. Desejo aos deputados e às deputadas um bom retorno neste segundo semestre. Espero que possamos continuar fazendo um bom trabalho.

Antes de adentrar o tema de minha fala de hoje, não poderia deixar de comentar sobre a publicação no diário oficial do Estado da Resolução nº 4.806, da Secretaria de Fazenda. Ontem esse tema foi pauta dos deputados de oposição de Uberlândia. Em Minas Gerais, a resolução prorroga os efeitos do Regime Especial de Tributação para algumas empresas atacadistas até 31 de agosto e abre espaço para que o governador Fernando Pimentel dialogue com essa categoria de atacadistas.

Para contextualizar a todos os presentes, no dia 25 de julho passado, a Secretaria de Estado de Fazenda publicou a Resolução nº 4.800, que avocava ao secretário de Fazenda, e não mais ao titular da Delegacia Fiscal do requerente ou ao superintendente de Tributação, a competência pertinente à revogação de regime especial de tributação, nos casos em que o regime se mostra prejudicial ou inconveniente aos interesses da Fazenda Pública Estadual, ou quando ocorre descumprimento de obrigação tributária por parte do beneficiário. Então, essa foi a Resolução nº 4.800.

Além disso, essa resolução revogou os regimes especiais de atacadistas localizados, em sua grande maioria, em cidades como Contagem, Uberlândia, Passos, Ponte Nova, Extrema, Teófilo Otôni, Ribeirão das Neves, Caratinga, Além Paraíba, Nepomuceno, Governador Valadares, São Sebastião do Paraíso, Poços de Caldas e Betim, entre outras. Em Uberlândia, em particular, concentram-se grandes atacadistas: Martins, o maior da América Latina, Aliança, Arcom, União, enfim, são muitos deles, até mesmo pela posição geográfica em que se encontra essa cidade.

A lógica do governo estadual nesse caso é clara: intensificar o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – sobre os produtos que forem adquiridos em outros estados e entrarem em Minas, e não somente quando os mesmos forem vendidos. No entanto, a exiguidade com relação ao tempo para adaptação dessas empresas poderia gerar, num primeiro momento, a possibilidade de evasão de divisas, de desaquecimento dessa atividade econômica e, a médio prazo, o aumento do desemprego. Para se ter ideia, os órgãos representativos estimariam queda de, pelo menos, 20% no volume de negócios nos próximos meses se a resolução perdurasse, porque, em casos de vendas realizadas para endereços em outros estados, os empresários seriam bitributados – pagariam para entrar em Minas Gerais e para sair do nosso estado para outro –, e a restituição desses valores poderia chegar a 90 dias. Em localidades como Uberlândia, a poucos quilômetros de fronteiras de estados como São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, as consequências poderiam ser dramáticas para a atividade local.

Pensando nisso, deputado Leonídio Bouças – e estivemos reunidos ontem de manhã eu, o senhor e o prefeito de Uberlândia –, na última quarta-feira, prontifiquei-me a ajudar nos trabalhos de uma comissão formada por atacadistas da região e pelo prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado. Essa comissão se reuniu com o subsecretário da Receita Estadual em Belo Horizonte para alertar e avaliar o impacto da resolução para o setor atacadista uberlandense, além de solicitar mais prazo para os empresários se adequarem à mudança.

Saímos de lá com uma reunião marcada com o governador Fernando Pimentel para o dia de ontem, segunda-feira. E justamente ontem, reunidos com o prefeito Gilmar e o governador Fernando Pimentel, conseguimos uma pequena e temporária vitória: a definição de que a revogação do regime especial de tributação dessas empresas atacadistas seria adiada por 30 dias, para adequação das mesmas à nova realidade. Além disso, e talvez o mais importante, serão buscadas, durante esse tempo, alternativas viáveis para que ambas as partes, tanto governo quanto empresários, sejam contempladas.

Então, deputado Felipe Attiê, que estava preocupado com essa questão ontem, nós conseguimos adiar por 30 dias essa resolução.

Nesses 30 dias e já na próxima semana, os atacadistas irão se reunir com o secretário e buscaremos uma solução que contemple o governo e também o setor atacadista. O governador se mostrou preocupado com essa situação e ponderou que o tempo para as empresas se adequarem ao disposto no decreto realmente foi muito curto.

Então, neste momento é esta a vitória. Devemos então sentar com os empresários e o governo para buscar uma solução.

O deputado Leonídio Bouças (em aparte)* – Obrigado pelo aparte, deputado Professor Neivaldo. Realmente são muito pertinentes as suas colocações no momento em que todo setor atacadista de Minas Gerais, principalmente aquele localizado nos rincões, praticamente na divisa com outros estados, como é o caso das cidades de Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora e assim por diante... Mas é preciso entender que a substituição tributária é uma realidade em Minas Gerais e que há o pagamento antecipado na entrada das mercadorias em nosso estado. Havia um regime especial para os atacadistas, haja vista que grande parte das mercadorias que entram no nosso estado ficam aqui estocadas e vão sendo vendidas para os outros estados. Apenas uma parte dessas mercadorias é que é vendida no Estado de Minas Gerais. Então, é evidente que nenhum atacadista teria condições de arcar com todas as mercadorias, com o imposto sobre todas as mercadorias que entrassem em nosso estado, que ficassem estocadas, pagando já adiantado para, só depois de 90 dias, fazer o encontro de contas com aquelas mercadorias que dariam saída para outros estados. Isso comprometeria todo o sistema de atacado de Minas Gerais. Prevalecendo essa portaria, evidentemente não existiria mais setor atacadista em Minas Gerais e ficaria fácil transferir esses atacados para estados limítrofes de Minas Gerais; perderíamos ainda os empregos que temos aqui garantidos pelo grande trabalho que se realiza nesses mercados com aqueles que movimentam muitas mercadorias.

Então, hoje parabenizo toda essa articulação que fizemos, da qual V. Exa. fez parte, bem como o prefeito Gilmar Machado, que se deslocou imediatamente para Belo Horizonte. Aqui nos reunimos todos na Secretaria de Estado da Fazenda no intuito de achar uma solução. O presidente da Casa, Adalclever Lopes, está à frente dessas negociações porque sabe da importância desse setor para o Estado de Minas Gerais, mas já conseguimos essa primeira vitória, que é fazer com que a resolução tenha o adiamento de um mês. Agora o Estado vai estudar cada caso, vai se reunir com a associação, e estaremos presentes para que possamos achar uma solução. Em todas as conversas que já tive com o setor, percebi que todos estão dispostos a entender as dificuldades do Estado, mas evidentemente querem sobreviver, manter as suas atividades. Muito obrigado pelo aparte, deputado.



O deputado Professor Neivaldo* – Na verdade, gostaríamos de esclarecer que há uma vontade política do governo de sentar junto com o setor atacadista para que possamos buscar a melhor solução.

Num segundo momento, deputado Cabo Júlio, gostaria de fazer referência ao que aconteceu no dia de ontem.

O ministro da Casa Civil, Aloízio Mercadante, anunciou que a presidenta Dilma sancionará o Projeto de Lei Complementar nº 183/2015, do senador José Serra, que libera os recursos dos depósitos judiciais, de processos em andamento, aos Estados como receita. Um momento importantíssimo.

Nós, no primeiro semestre, tivemos aprovação de lei parecida na última semana de trabalho. Durante esse processo, parlamentares de oposição ocuparam a tribuna para achincalhar a imagem do nosso governador Fernando Pimentel durante horas e horas. Emitiram comentários sem qualquer embasamento político, com ilações fantasiosas e exemplos estapafúrdios. Enfim, fizeram de tudo para que a imagem do governador fosse queimada diante desse projeto.

Não importava para esses parlamentares que quatro estados da Federação já se utilizassem desse artifício; não importava para esses parlamentares que o projeto criasse alternativa para que Minas Gerais tivesse acesso a recursos vultosos e sem utilização alguma, visto que rendem durante anos e anos a fio em contas judiciais, enriquecendo unicamente os banqueiros; não importava para esses parlamentares que tal instituto gerasse acréscimo de cerca de sete bilhões de reais ao caixa de nosso estado.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Obrigado, deputado. Só para fazer um posicionamento e um contraponto a V. Exa. O deputado que se dirige a V. Exa. em nenhum momento achincalha o governo. Fazemos aqui o contraditório, nunca pessoalizamos as diferenças de ideias. Em especial, queria destacar para V. Exa. que, na realidade, o que a presidenta Dilma aprovou faz exatamente aquilo que era preocupação da oposição: exclui os recursos das pessoas da utilização dos governos. O projeto da presidenta Dilma ainda faz uma coisa adicional que contempla a visão do deputado Ricardo Faria, que era dar acesso aos prefeitos a esses recursos. O projeto do senador Serra diz o seguinte: “Serão gastos até 70% dos recursos depositados judicialmente dos entes afins daquelas ações”. Será somente o dinheiro envolvido na ação do ente público. As prefeituras, enquanto entes públicos, acessarão os recursos imediatamente. Na realidade, ele aprimora essa visão, foge da querela constitucionalista porque não conflita com a questão do recurso privado.

Gostaria somente de fazer esse reparo de opiniões. Aliás, a presidenta mereceu nosso elogio nessa bancada ontem porque atende não só o senador Serra, mas, principalmente, atende ao clamor da oposição.

O deputado Professor Neivaldo* – Infelizmente, meu tempo se encerrou. Em outra oportunidade continuaremos esse tema. Gostaria, mais uma vez, de deixar claro que o projeto do governo estadual apresentado nesta Casa foi um projeto de suma importância para que Minas continuasse caminhando, e projeto semelhante está sendo sancionado pela presidenta Dilma. É um projeto da oposição, um projeto do senador José Serra. Para os que aqui criticaram o projeto do nosso governador Fernando Pimentel, os mesmos ou a mesma base, os mesmos partidos também aprovam um projeto em nível nacional.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Obrigado. Caríssimo deputado Adalclever Lopes, presidente, é um prazer imenso ter V. Exa. no início de nossas atividades do segundo semestre. Quero cumprimentar todos os colegas, deputadas e deputados. Neste momento, com certeza, mais uma vez a Assembleia se debruça para buscar todos os projetos de convergência absoluta em favor do Estado de Minas Gerais. Saúdo todos os telespectadores, todas as pessoas que nos acompanham sempre pela TV Assembleia e das galerias. Quero dizer da nossa imensa satisfação de usar esta tribuna.

Manifesto, Sr. Presidente, nossa imensa alegria e honra em poder participar, nesta manhã, no espaço da Fiemg, juntamente com o secretário Olavo; com o Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; com o governador do Estado; e com parlamentares e empresários da inauguração de várias discussões quanto à instalação do Plano Nacional de Exportações. Pudemos ouvir atentamente a exposição do ministro Armando Monteiro ao escolher Minas Gerais para iniciar o Plano Nacional de Exportações. Segundo sua palavra, é porque Minas hoje é o principal Estado das exportações para os vários eixos do desenvolvimento socioeconômico, garantindo, com certeza, a produção do Estado nos vários segmentos.

Vários empresários de Minas que estão buscando alternativas para esse novo plano lá estiveram presentes, discutindo, debatendo as melhores condições para a exportação de seus produtos e de todas as produções do Estado. Tivemos também o representante do sindicato das indústrias de Santa Rita do Sapucaí – Sindvel. Nosso amigo Roberto Souza Pinto representa um eixo, uma gama extraordinária do desenvolvimento do polo eletrônico de Minas Gerais e do Brasil, hoje um dos mais conceituados, dos mais respeitados do País. Fazemos hoje a exportação para mais de 30 países de todos os produtos que são fabricados em Santa Rita do Sapucaí. Sem dúvida alguma, para mim, como presidente da Frente Parlamentar da Indústria Mineira – e contamos com o apoio de todos os colegas –, foi uma satisfação estar presente, ouvindo atentamente a exposição do ministro, que incentivou, de forma muito vigorosa e preparada, todo o comércio de exportação do Estado de Minas Gerais. Isso traduz a competitividade, a geração de emprego, principalmente neste momento difícil que estamos vivendo. Nas suas palavras, estamos vivendo um momento difícil, mas Minas sempre esteve na vanguarda da exportação, da qualidade de seus produtos e principalmente do relacionamento que tem, o patrimônio moral do Estado, de seus fabricantes, de seus produtos. Isso realmente nos sensibilizou. O povo de Minas, como ele disse, está de parabéns, porque todas as vezes em que se fala em exportação, Minas lidera, com folga, o *ranking*. Sem dúvida, Minas Gerais hoje está de parabéns. O próprio ministro está ainda hoje com todo o seu comitê e *staff* orientando todas as empresas e empresários para se adaptar a esse novo Plano Nacional de Exportações.

Tive também o prazer de estar com o governador do Estado e fiz a ele uma solicitação com muita veemência: pedi uma atenção especial para o nosso Sul de Minas, especialmente para a nossa MG-290. Deixei clara ao governador a preocupação de toda a população regional, toda a população do Leste paulista também, e particularmente todas as pessoas que utilizam essa rodovia. São aproximadamente 8 mil veículos diários nessa rodovia. Pedi a ele uma atenção especialíssima, urgente, urgentíssima para a nossa rodovia. Falei a ele: “É impossível, governador, permaneceremos como estamos, perdendo vidas semanalmente, e não termos absolutamente nenhum centímetro de acostamento nessa rodovia que liga Pouso Alegre à divisa de São Paulo, a MG-290,



principalmente no eixo de Ouro Fino a Pouso Alegre, onde há o maior índice de acidentes. É impossível continuar dessa maneira, da forma como estamos, presenciando tantas vítimas semanalmente”.

Prontamente ele me ouviu e informou que vai tomar as devidas providências. Disse que vai verificar, deputado Mourão, o que pode ser feito em caráter emergencial. Quero aqui também deixar bem claro a toda a nossa população que, independentemente de tantas cobranças que fizemos, tantos pedidos, tantos requerimentos, hoje tive oportunidade de pedir ao governador do Estado que olhe para a nossa região, principalmente para a nossa rodovia MG-290. Vamos, com certeza, cobrar e fazer com que nosso pedido seja atendido em defesa do nosso povo e da nossa gente.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro, nosso particular amigo, quero saudá-lo, saudar nosso presidente, deputado Adalclever, já no reinício de nossos trabalhos, e todos os colegas.

Estou bem atento às palavras de V. Exa. com referência à produção de Minas Gerais, à contribuição do Estado para a exportação brasileira, à rodovia MG-209, que V. Exa. pondera muito bem, particularmente a sua terra, grande cidade de Ouro Fino, na divisa de São Paulo.

Também quero aproveitar a oportunidade em que V. Exa. me concede este aparte para responder ao Professor Neivaldo, que acabou de fazer um pronunciamento, aproveitando que está presente. Ele disse que a oposição fez várias ponderações fundamentadas quanto ao Projeto nº 2.173, que transfere os recursos judiciais para os cofres do Estado. Ele disse que os deputados da oposição achincalharam o governador e assim por diante. Eu não vi nenhum deputado da oposição achincalhar aqui o governador. Como eu fui um dos deputados que debateram o assunto, me senti na obrigação de estar presente agora e pedir a V. Exa. que me conceda este aparte.

Nós fundamentamos do princípio ao fim, deputado Dalmo Ribeiro, que aquele projeto não poderia ser aprovado de forma precipitada, de afogadilho, açodada, sem amadurecimento, com urgência urgentíssima. Nós ponderamos que havia lei federal regendo a matéria, a Lei nº 11.429. Ponderamos que o projeto do senador José Serra seria aprovado rapidinho. E o que aconteceu? Ele foi aprovado, e a lei deverá ser sancionada ainda hoje pela presidenta Dilma Housseff. E aí, deputado Dalmo Ribeiro Silva, aí quero chegar à leitura da Constituição Federal e pedir a atenção do deputado Professor Neivaldo a essa leitura. É pena que ele não esteja prestando atenção, mas gostaria que ele lesse depois o art. 24, § 4º, da Constituição Federal, que fala o seguinte: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre...”. Aí vêm as matérias. Vem o § 4º, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que diz assim: “A superveniência de lei federal sobre normais gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário”. E aí, deputado Dalmo Ribeiro, como é que fica?

O projeto do senador José Serra determina que 30% dos recursos judiciais transferidos devem ser aplicados prioritariamente no pagamento de precatórios; o que sobrar deve ser usado para o pagamento da dívida pública, os investimentos e o pagamento dos inativos, nessa ordem. Ora, só os precatórios consomem os R\$6.000.000.000,00 ou mais, e a dívida pública é de mais de R\$80.000.000.000,00. Então, há uma colisão entre as leis federal e estadual. A lei estadual fala que se pode pegar o dinheiro do particular, por exemplo; a federal proíbe isso ou só o permite para essas finalidades. Ora, a Constituição Federal diz que, quando há colisão entre uma lei federal e uma lei estadual, o que prevalece é o texto da lei federal. Isso significa que a lei estadual é natimorta. Ela está na UTI, pois, assim que a lei federal for publicada e começar a vigorar, como poderá vigorar a lei estadual? Não estamos em uma ilha! Minas Gerais não é uma ilha no Brasil, mas um dos 27 mais importantes estados-membros da União.

Então, ilustre deputado, não achincalhamos. Ao contrário, ponderamos, fundamentamos e mostramos que não podíamos ser precipitados, pois havia um projeto de lei federal em andamento. Agora, de acordo com o art. 24, § 4º da Constituição Federal, prevalecerá o texto da legislação federal, e a lei mineira, que acabamos de aprovar, será revogada. Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Corroborando a sua fala, lembro que desta tribuna, por reiteradas oportunidades, manifestamos a mesma preocupação. No momento em que se colocava o projeto em votação, já estávamos preocupados, prevendo que aconteceria o que aconteceu. Falávamos então na questão da segurança jurídica, que certamente traria sérias preocupações ao governo de Minas Gerais. Agora, V. Exa. se expressa na esteira do mesmo pensamento. De nossa parte, não faltou a arguição respeitosa, demonstrando que os interesses de Minas estão acima de tudo. Mas, lamentavelmente, não fomos ouvidos. Hoje estamos diante de um conflito, com a divergência jurídica, como disse o deputado Bonifácio Mourão, entre a lei estadual e a lei federal de lavra do senador José Serra. De qualquer maneira, alertou-se sobre isso. Agora, vamos esperar que essa questão seja solucionada.

De resto, continuo esperando providências urgentes do governo com relação à nossa Rodovia MG-290. Não temos condições de esperar mais. Então, do alto desta tribuna, peço mais uma vez ao governador, à Secretaria de Obras e ao DER que tenham, acima de tudo, respeito e consideração pelo povo de Minas Gerais, particularmente da nossa região do Sul de Minas, e voltem seus olhos para a MG-290, que está em situação insustentável, demandando providências urgentíssimas. Assim, espero que a voz do nosso Sul de Minas possa ser atendida. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Vanderlei Miranda – Saúdo o presidente, os colegas deputados e deputadas, os profissionais de imprensa que cobrem os trabalhos desta tarde, os brilhantes assessores do Plenário e da Mesa e as pessoas que acompanham os nossos trabalhos das galerias ou de suas casas, por meio da nossa TV Assembleia.

Sr. Presidente, desta tribuna, em primeiro lugar, quero me solidarizar com os companheiros que me antecederam, deputados Professor Neivaldo, Dalmo Ribeiro Silva e outros, quanto a essa questão da mudança prevista na Secretaria da Fazenda em relação a um setor importante da nossa economia.

Nós sabemos, já há muito tempo – eu, por ter realizado e presidido uma audiência pública na querida Muriaé, terra do nosso colega deputado Doutor Wilson Batista... Lá eu já ouvia de um companheiro do PMDB, vereador naquela cidade, pedido da nossa intervenção junto ao governo passado para que as empresas não continuassem o processo de fuga para o vizinho, Estado do Rio de



Janeiro, porque, indo para lá, elas estavam recebendo benefícios, vantagens. Lembro-me, Doutor Wilson Batista, de quando aquele colega do PMDB, vereador, cujo nome me fugiu da memória agora, disse que apenas uma das empresas desempregou 800 pessoas na cidade de Muriaé. E nós percebemos que esse processo, de certa forma, já vem ocorrendo há longo tempo, e não do final do ano passado para cá – trata-se de um processo que vem se instalando no Estado. Nós temos perdido muita receita com empresas que têm saído do nosso estado porque têm encontrado abrigo e guarida em outros estados, onde o que é oferecido é tão vantajoso que permite a elas desmontar toda uma estrutura, toda uma planta já organizada, dimensionada, para se instalar em outro estado; tudo em função desses benefícios.

Portanto, quero crer que, com esse olhar voltado para a questão social que tem o nosso atual governador Fernando Pimentel, com o compromisso que ele tem com a questão social e da empregabilidade, vamos encontrar, sim, sem sombra de dúvida, um caminho que não traga nenhum prejuízo e que não crie nenhuma fuga de empresas do nosso estado, especialmente na região da Zona da Mata, uma das importantes regiões.

Por muitos anos atuei como empresário no segmento de moda, atendia muitos clientes da região da Zona da Mata – Juiz de Fora, Ubá, Viçosa – e sei do potencial que tem toda aquela região, onde a indústria moveleira é muito forte, a indústria de confecção é muito forte.

Então, tenho certeza da sensibilidade do nosso governador, do seu compromisso. E aqui, sem sombra de dúvida, como membro da base e membro do governo nesta legislatura, posso dizer do compromisso do nosso governador Pimentel, junto com seus competentes secretários, especialmente o secretário da Fazenda, José Afonso Bicalho, com quem eu tive o prazer de me encontrar – aliás, tivemos o prazer de nos encontrar, porque o Doutor Wilson estava lá também almoçando quando o Dr. José Bicalho estava numa mesa próxima, e conversamos um pouco.

O nosso estado é um estado pujante, é um estado que sempre foi uma referência para o País, em todos os sentidos. A questão mineral, por exemplo, hoje também atravessa um momento muito difícil – já não era fácil, mas hoje está mais difícil ainda.

Minas Gerais sozinha é responsável por 70% de toda a produção mineral deste país. Não é à toa que moramos nas Minas Gerais.

Ontem tivemos o privilégio de receber num almoço, junto com o nosso presidente Adalclever Lopes, ali no 23º andar, o embaixador da Tailândia, sua esposa e seus assessores. Enquanto almoçávamos, eu contemplava a Serra do Curral. Disse à assessora dele que fazia a tradução: “Aquela serra é o nosso cartão-postal. Ali está parte do nosso cartão-postal. Toda aquela serra é minério”. Falando de forma exagerada, se qualquer um de nós aqui cavar o fundo do nosso quintal, encontrará minério.

Sabemos da importância que o minério de ferro tem, não para Minas Gerais e o Brasil, mas para o mundo. Certamente precisamos também de ações concretas e efetivas em relação a nossa indústria mineral, que não é pequena. Como disse, Minas Gerais detém 70% de toda a produção mineral do nosso país. Diferente do petróleo que gera um *royalty* maravilhoso para os estados onde é explorado, como é o caso de Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, o minério lamentavelmente tem um *royalty* que chega às raias do ridículo. Quando nos referimos ao minério, estamos falando de um produto que, como alguém já disse com muita propriedade e sabedoria, não dá duas safras. O que você retirou, retirou; e, naquele lugar, não nasce mais minério. Daí a importância de termos um olhar mais atento para essa questão mineral do nosso estado.

As cidades mineradoras estão passando por uma situação difícil. Sabemos naturalmente que esse não é um problema dessa gestão nem da gestão anterior, porque, em se tratando de minério, não diferente do petróleo, quem regula o comércio é o mercado internacional. Havendo uma crise internacional... Por exemplo, agora a China começa a enfrentar um problema. Como disse outro dia, uma dor de barriga na China dá desânimo no Brasil. Vai desandar o Brasil e o mundo. Uma crise na China trará sérias consequências até para a maior economia deste planeta: os Estados Unidos. Em tudo, absolutamente tudo que você tem à disposição para consumir, se olhar de baixo, estará escrito *made in China* ou, se quiserem, *made in “China”*. Está lá. Eu poderia dizer que 90% dos produtos que você compra hoje são produzidos na China. Portanto, o problema na China é um problema no mundo.

Contextualizando e trazendo essa fala para a questão mineral, sabemos o grande potencial que a China tem na produção do aço, por exemplo. O Brasil foi, de certa forma, muito prejudicado nessa relação comercial em razão das disparidades de preços do aço produzido no Brasil e do produzido na China.

O problema de exportarmos matéria-prima e não exportarmos produto acabado é um dilema para o País e um dilema para nós, em Minas Gerais, porque colocávamos – ou colocamos – um minério dentro da China, que produz o aço com o nosso minério e consegue nos vender 35% mais barato do que custa o aço produzido em nosso país. Portanto, essa balança nunca se equilibra nesse sentido.

Daí o meu apelo desta tribuna em relação a essa questão mineral. Creio que precisamos ter um olhar diferente. Temos agora como secretário de Meio Ambiente um colega parlamentar e companheiro de bancada, deputado Sávio Souza Cruz, que aceitou o grande desafio de assumir a Secretaria de Meio Ambiente com todos os problemas lá encontrados, problemas que vêm se acumulando há anos: processos e mais processos, pessoal com remuneração muito ruim, falta de pessoal, falta de técnicos e, por que não dizer, a burocracia também vem, ao longo dos anos, emperrando o crescimento, o progresso e a possibilidade de funcionamento das empresas que dependem de licença ambiental.

Nesse pouco tempo que o deputado Sávio Souza Cruz está na secretaria – pode parecer pouco para alguns – muita coisa já mudou. Recentemente tivemos aprovada nesta Casa aquela anistia de multas entre R\$5.000,00 e R\$15.000,00. Deputada Arlete Magalhães, só de imaginar o que o Estado vai gastar na sua estrutura para cobrar uma dívida de R\$5.000,00, além de envolver a justiça: o juiz que vai ter de julgar aquele “crime ambiental” - e coloco aspas aqui porque muitas vezes o crime ambiental é um peixe que foi pescado fora da sua medida, um peixe que foi pescado fora da época, ou seja, no período de defeso.

Não estou aqui fazendo apologia nem tampouco defendendo que se quebrem normas, regras, portarias etc. Não. O que quero dizer, deputada, é que, por exemplo, quem foi penalizado com uma multa de R\$5.000,00 não foi uma grande empresa. Por isso acredito que esse projeto que aprovamos nesta Casa também tenha caráter social e solidário porque quem recebe essas multas que oscilam entre R\$5.000,00 e R\$15.000,00 normalmente são aqueles ribeirinhos, aqueles que vivem da pesca, aqueles que alimentam suas famílias



com o trabalho da pesca e que, às vezes, têm o seu barquinho e o seu motor apreendidos, recebem uma multa que têm de parcelar pagando com a maior dificuldade.

Portanto, acredito que esse foi um grande passo do nosso secretário Sávio Souza Cruz, que, através da Secretaria de Meio Ambiente, fez chegar a esta Casa esse projeto que facultou a anistia dessas chamadas pequenas dívidas e, claro, separou muito bem dívidas até 2012 no valor de R\$15.000,00. E, a partir de então, até R\$5.000,00.

Quero encerrar minhas palavras dizendo que estamos retornando do nosso pequeno recesso. Nesse retorno faço um balanço do primeiro semestre, que foi de muito trabalho também nesta Casa, um trabalho de todos, sem exceção. A expectativa é que tenhamos um segundo semestre também de muito trabalho e de muita produtividade. Assim espero. Para isso, claro, não posso deixar de invocar a bênção de Deus sobre todos nós para que tenhamos um semestre bastante produtivo, procurando fazer e trazer o que de melhor espera a nossa querida população de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, pessoal das galerias, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Desta tribuna, sempre cobre algo dos poderes públicos federal, estadual e municipal: a questão da segurança. Fazem-se cobranças, e vemos algumas melhorias aqui, outras ali, mas, quando você olha no macro, principalmente na minha região – São Sebastião do Paraíso, Jacuí, Guaxupé, aquela região de Ibiraci, Claraval, tudo divisa do Estado de São Paulo, muito próximas de Franca, Ribeirão Preto, Campinas, na região de Andradas, onde inclusive estive com o deputado Dalmo, na importante festa do vinho e na feira da associação comercial também -, o pessoal está agoniado com a segurança, não é, deputado Dalmo? Inclusive tivemos audiência pública lá, onde o Dalmo fez a sua defesa de forma brilhante.

Deputado Dalmo, a coisa está feia, pior do que se imagina. Gente, a respeito de segurança na nossa região, não adianta falar que melhorou. Não melhorou; piorou, e muito. O que têm feito com os nossos produtores rurais, como o Sr. José Moreira, na cidade de São Sebastião do Paraíso? É um senhor de sessenta e tantos anos, ele e sua esposa. O pessoal chegou, à noite, e levou o dinheiro para pagar os apanhadores de café, R\$4.000,00. Isso é muito ruim, é difícil. Massacraram o Sr. José, bateram nele e em sua esposa porque queriam mais dinheiro e roubaram o carro dele. Acharam depois o carro, mas depenado.

O que aconteceu com um senhor, em Guaxupé, um pequeno empresário, que tem um açougue, quando ele chegou em sua casa por volta das 9 horas da noite, no domingo – domingo passado fez 15 dias – é coisa de dar tristeza: massacaram as pessoas. Ele tem quase 70 anos, e o massacaram. Isto hoje é comum em nossa região: chegam, agridem e até matam, como mataram, em Alpinópolis, um casal de velhos. Deputado Dalmo, os dois malandros foram à casa desses senhores, a quem conheciam, e almoçaram na casa deles. Fizeram almoço, numa boa, conversando com a família; acabaram de almoçar e os mataram. Se fosse só roubar, gente, já é triste, mas mataram os velhos. Sabem por que os mataram, gente? Sabem por que fizeram isso e continuam fazendo? Estou citando esses casos, isso é minoria, mas há muito mais, mas muito mais. Sabem por que fizeram? Porque estão à vontade, sabem que nada vai acontecer com eles, sabem que a segurança está frágil, a insegurança está grande, há liberdade para eles e impunidade.

Olha, minha gente, é preocupante; o que estou vendo em nossa região é assustador. Guaxupé era uma cidade tranquila, aparentemente, e um empresário foi atacado só para roubar uma bicicleta, e só não morreu porque Deus ajudou. Ele tomou várias facadas.

Em Jacuí, minha terra, cidade de 8 mil habitantes, em um ano deve ter havido uns seis assaltos só a bancos e ao Correio. Ontem assaltaram a agência do Correio. A polícia de Bom Jesus da Penha pegou os dois bandidos lá em Bom Jesus, porque em Jacuí eles estão à vontade. Eles estão muito à vontade.

Já cobre da Polícia Civil a questão das maçãs podres dentro da instituição. Vão lá a Jacuí. O delegado se aposentou agora, mas devia ter-se aposentado há muito tempo porque não fazia o trabalho como deveria. Procurem saber da população de Jacuí quem é o detetive que está lá. Fizeram uma operação da Polícia Civil muito boa – quero até agradecer à Polícia Civil a operação –, mas os bandidos já estavam sabendo. A informação vazou por alguém. Prenderam apenas uma pessoa mais expressiva. Olha, estou preocupado com o que tem acontecido em nossa cidade, uma cidade como Jacuí, com 8 mil habitantes. Entraram em uma cervejaria, roubaram R\$1.500,00 e machucaram o dono. Então, o pessoal não só rouba. Eles agridem e matam.

Tenho uma fazendinha em Fortaleza de Minas, com três senhores. Um deles tinha de fazer uma cirurgia, deputado Dalmo, que era obrigação do SUS, porque esses sitiantes são contribuintes, pagam impostos, mas teria de enfrentar uma fila de dois anos. A pessoa vive em condições difíceis. Vendeu seus animais e recebeu o dinheiro porque teria de dar ao médico dinheiro vivo. Vocês sabem como são essas coisas de hospitais. Há horas que existem algumas dúvidas. Defendo os hospitais em todos os sentidos, mas há horas que tem gente que... A verdade é que, à noite, eles foram lá e roubaram R\$28.000,00 e massacaram, bateram. No vizinho ao lado, o Ademir, duas vezes bateram e roubaram.

Gente, onde está a polícia? Onde está a segurança? E depois falam que os números melhoraram. Melhorou uma ova. Melhorou nada. Piorou, e piorou muito. Há um secretário, o Bernardo Santana, por quem tenho respeito, mas estou vendo que a secretaria dele está tendo problema. O grupo não está coeso, não está ajudando. O que vejo em questões de segurança na nossa região é preocupante. Sinceramente, confesso que, hoje, quem mora na roça sozinho ou só marido e mulher, abra o olho. A chance de ter um problema sério é muito grande.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Quero parabenizar V. Exa. por esse pronunciamento. Realmente, V. Exa. tem razão. Hoje, o problema da segurança em todo o Estado de Minas Gerais e particularmente nas nossas regiões, a região de V. Exa. e a minha região, que fazem divisa com o Estado de São Paulo, são as que estão sofrendo mais. Antigamente havia o cinturão de segurança, uma força-tarefa que sempre estava presente. Lamentavelmente, não temos mais isso.

Há poucos dias – V. Exa. citou Andradas –, nós e o deputado João Leite estivemos juntos realizando uma das maiores audiências públicas para tratar da segurança pública. Lá, praticamente em dois meses, perdemos cinco, seis pessoas da cidade, vítimas de assalto, sequestro e vícios de drogas. Foi uma das maiores audiências. Presenciamos uma manifestação nunca vista. É o inconformismo pela insegurança no dia a dia. Foi a maior audiência que aconteceu, não é, deputado João Leite? O deputado Sargento Rodrigues – perdoe-



me, pois não o vi – estava presidindo os trabalhos. Então, sem dúvida, isso é uma questão com que estamos cada dia mais preocupados. Não temos mais a quem apelar. A primeira pergunta que fazem a nós que estamos viajando hoje, deputado Sargento Rodrigues, é: e nossa segurança, deputado? Todos estão cobrando, cobrando. Então, essa reflexão, sem dúvida alguma, nos traz, acima de tudo, uma indagação. Hoje nossa região Sul mineira tem sido palco das mais sérias manifestações pelo crime. É a rota do crime.

Quero parabenizar e pedir a V. Exa. que, juntos, todos nós do Sul de Minas marquemos uma audiência pública com o próprio secretário para debatermos a questão – os deputados Sargento Rodrigues e João Leite estão aqui conosco - e tratarmos efetivamente do que poderemos apresentar à população, visando à tranquilidade da nossa região. Parabéns.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Muito obrigado. Volto ao caso de Guaxupé e ao pequeno empresário Sr. Nazir, um açougueiro da cidade. Ele tem o açougue mais popular da cidade. Vai gente de longe comprar as carnes que vende, que são uma maravilha. Massacraram o Sr. Nazir. Ele também mora na cidade. O que aconteceu? Estão tranquilos, estão à vontade.

A polícia reclama que falta pessoal, que falta efetivo. Engraçado, falta efetivo, só que a polícia está indo às fazendas para desarmar a população. Esse é um projeto de interesse do PT, o interesse é desarmar a população. A polícia tem tempo, deputado Dilzon Melo. A polícia fala que está faltando efetivo, mas em São Sebastião do Paraíso ela está indo às fazendas pegar armas dos produtores, que já estão inseguros, que estão na divisa do Estado, que são assaltados, massacrados e até mortos. Se têm uma arma, a polícia vai lá e busca. No entanto, a polícia não tem tempo de ir ao ponto do tráfico, que sabem onde fica. Esse é um clamor que faço.

Faço outro clamor a Fernando Pimentel, ao governador do Estado. Regime tributário especial são artifícios, são ações feitas para segurar empresas que se encontram diante de assédios de outros estados, como Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem vantagem tributária. O deputado Dalmo Ribeiro Silva sabe bem disso. O Estado fica refém dessa situação, então vem o regime especial para segurar a empresa. Isso sem contar outras que poderiam crescer, que recebem incentivo, sem contar aquelas que têm possibilidade de vir para o Estado, que, com o incentivo, se interessam por Minas, como aconteceu com os atacadistas, como aconteceu em minha cidade, em Paraíso. Mais de 20 empresas foram para lá, cresceram e se desenvolveram.

Aí vem o atual secretário José Afonso Bicalho com sua fala. Parece que não está havendo entendimento com esses empresários, por achar que eles estão levando vantagem. Então começa-se a fazer os cortes, as mudanças. Enquanto não houver um sistema tributário unificado neste país, com regras claras que façam com que as empresas fiquem concretizadas em seu ponto, em seu Estado, acontecerá esse tipo de coisa. Ficarão esse jogo. Precisam voltar atrás. Agora prorrogaram por mais 30 dias essa questão dos supermercados, dos atacadistas. Empresas vão embora. Para uma grande rede de São Sebastião do Paraíso, bastam 20km e já estarão em São Paulo, onde o sistema é outro.

Fui ontem à cidade de Bebedouros, no Estado de São Paulo, onde estamos buscando parceria com uma grande cooperativa, com uma cooperativa-modelo no Brasil e em São Paulo. Refiro-me à Coopercitrus, cooperativa-modelo que fatura R\$2.000.000.000,00 e tem 20 mil associados. Ela trabalha com cana, suco, laranja, café e grãos. Há o café de Minas, de Araguari, de Patrocínio. Fomos buscar essa parceria e vimos uma possibilidade muito grande de isso se tornar realidade.

O que estamos vendo? Estamos vendo que o Estado de São Paulo é outro país. Não vou falar que é outro estado, é outra história. Lá parece país de primeiro mundo, enquanto estamos no terceiro mundo. Estamos em desvantagem. Essas empresas fazem assédios econômicos e tributários muito grandes. Percebemos que lá o combustível é muito mais barato, assim como é mais barato o fertilizante. O incentivo do estado é grande. Isso faz com que suas empresas pratiquem preços mais competitivos. Não adianta nosso governador colocar a faca no pescoço desses empresários, porque eles vão embora.

O capital não tem fronteiras, ele muda. Então, temos de ter humildade e ver que, no governo passado, as ações de Aécio e Anastasia asseguraram muitas empresas no Estado, muitos empregos e, além disso, geraram muitos empregos e trouxeram muitas empresas. Um exemplo disso é a XCMG, em Pouso Alegre, resultado de um incentivo tributário do Estado. O deputado Dalmo Ribeiro Silva trabalhou muito nisso, e até eu e um amigo estivemos na Secretaria de Fazenda e ajudamos, fizemos nossa parte. Mas o responsável foi o governo do Estado, a empresa que acreditou no Estado, em uma parceria sólida, verdadeira e real financeiramente, pois havia vantagens.

Portanto, se quisermos atrair empresas, segurá-las e gerar mais recursos para nosso povo, precisamos dar uma atenção especial. Se o regime especial anterior não é o melhor, vamos buscar alternativas, mas não podemos pensar que o pessoal ficará quieto em Minas, pois não ficará, e perderemos nossos empregos, o que não é bom. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, deputada Arlete Magalhães, deputados, estamos acompanhando, com muita tristeza, os frutos de um governo totalmente sem planejamento que nos levou, a todos nós, brasileiros e brasileiras, à situação que vivemos, salvo o caso de algumas atividades honrosas como a que se desenvolve no campo, tão bem representado aqui pelo deputado Antônio Carlos Arantes, amigo da agricultura, o deputado Dalmo Ribeiro Silva e tantos outros, que têm tanta força.

Estamos vivendo um momento de perplexidade no Brasil. O deputado Dalmo Ribeiro Silva domina bem essa área, e aqui estão os números: receita da indústria mineira cai 15%. Essa foi a queda da nossa indústria, e, quando falo desse percentual, fico imaginando o desemprego que representa, como os mineiros estão sofrendo, colhendo os frutos de uma semente terrível. Estamos com a luz vermelha acesa; a situação é definitivamente grave. O deputado Antônio Carlos Arantes nos mostra aqui: a Iveco apresentou uma queda de 48%. Vejam o que estamos vivendo em Minas Gerais. O parque produtivo mineiro atravessa uma fase de desinvestimento.

Tenho mais dados aqui. Em relação à perda de empregos na indústria como um todo, os destaques negativos foram os segmentos de máquinas, equipamentos e bebidas, com retrações de 20% e 17%. Na comparação de junho com maio, os postos de trabalho no parque mineiro foram reduzidos; 59% das indústrias mineiras demitiram funcionários nos últimos seis meses até abril, situação que tende a piorar até o fim deste ano. A massa salarial também caiu 7,8%, e o rendimento médio foi reduzido em 3,4%.

O impressionante, deputado Dalmo Ribeiro Silva, é que peguei aqui uma entrevista do ex-ministro de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, hoje governador Pimentel: “Ministro Pimentel descarta desindustrialização e pede reforma



tributária. Em audiência pública conjunta na Câmara dos Deputados, o ministro Fernando Pimentel diz que o País assiste a um processo de recriação da base industrial”. É um sonhador esse governador Pimentel, não é? Ele foi o ministro que nos conduziu a esta situação.

Ele foi o ministro que foi comprar banana do Equador, abandonando a de Caeté, do Jaíba, de Gorutuba, de Janaúba. Foi comprar lá. Ele diz compartilhar o pensamento de alguns setores econômicos, mas não compartilha a desindustrialização. Esse era o nosso ministro.

Aqui há outra pérola do Sr. Pimentel, junto com o Mantega: “Mantega e Pimentel defendem investimentos entre Brics, elevar o volume de investimento em infraestrutura”. Para onde Pimentel defendia infraestrutura? “Para Pimentel, o ponto a ser considerado pelo grupo é a necessidade de ajudar o continente africano, o que poderia ser feito com a criação de um banco de investimento do Brics.” Ele propôs um banco de investimento para a África. E para o Brasil, Sr. Pimentel? O que o senhor fez como ministro, além de comprar banana do Equador? Ah, ele fez, financiou a obra da Odebrecht em Cuba. Liberou R\$150.000.000,00 do banco brasileiro para a ampliação do aeroporto de Havana. É isso que o ministro Pimentel fez. É interessante o nome do representante de novos negócios da Odebrecht, que fez o negócio com Pimentel, Sr. Fábio Goebel. Esse é o outro nome do PT: muita propaganda. A verdade está aqui. Estamos colhendo a safra que o PT plantou, caríssimo amigo Antônio Carlos Arantes. O PT plantou vento, e a população brasileira está colhendo tempestade. Estamos colhendo tempestades. O texto diz que o crédito foi acertado ainda em 2013, durante uma visita de Fernando Pimentel a Havana. Fernando Pimentel visitou aquela cidade em 2013 e acertou a liberação de US\$173.000.000,00 para ampliação do aeroporto da capital cubana e reforma de outros quatro em outras cidades do país. Imaginem isso. O Sr. Pimentel liberou para Cuba US\$173.000.000,00 para o aeroporto de Havana e mais outros quatro, Robertinho, meu querido amigo do juvenil do Atlético, lá da nossa Manhumirim. O Sr. Pimentel liberou dinheiro não para Manhumirim, Alto Jequitibá, Alto Caparaó, Manhauçu, mas para Havana e mais quatro cidades de Cuba.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Ilustre deputado João Leite, primeiramente cumprimento V. Exa., que traz um tema muito importante, até porque hoje o deputado Rogério Correia aprovou um requerimento para fazer uma discussão sobre democracia, sobre liberdade no Brasil e em Minas Gerais. Mas a fundamentação, o que está por trás do requerimento é a questão que diz que a prisão de José Dirceu é um golpe. A Polícia Federal, deputado Dalmo, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal estão dando um golpe no País quando determinam a prisão.

Fazendo uma leitura hoje do jornal *Estadão*, deputado João Leite, o articulista diz que o juiz Sérgio Moro, coincidentemente da 13ª Vara Federal em Curitiba, no Paraná, possui um conjunto de provas muito robusto para que ele tenha tomado a decisão, aliás, para todas as decisões que ele tem tomado. Diga-se de passagem que nenhuma decisão dele foi reformada pelo STF até o presente momento, deputado Dalmo.

Digo isso porque estamos fazendo aqui um *link*. Quando V. Exa. traz o assunto de Pimentel, devemos lembrar que José Dirceu estava preso na Papuda em Brasília dizendo que estava fazendo trabalho de consultoria. O governador Fernando Pimentel também tem denúncias graves contra ele, pois estava fazendo consultoria sem nunca ter posto o pé na Fiemg. V. Exa. trouxe essa informação aqui também.

É o mesmo modelinho que está sendo reproduzido em outras áreas. Portanto gostaria de alertar algumas figuras pensantes do PT, deputado João Leite, de que a CPI do BNDES está aberta. Nela teremos duas apurações e duas vertentes muito claras. Primeiro, o financiamento liberado por Fernando Pimentel e seu envolvimento com o empresário Benedito Bené, o mesmo empresário que bancou as mordomias do governador e de sua esposa em um *resort* muito caro na Bahia. Foram três diárias na ordem de quase R\$13.000,00. Foi o Bené quem bancou. É o mesmo Bené que conseguia fazer a ponte desses chamados financiamentos. É o mesmo BNDES de quando o Lula pegou jatos da Andrade Gutierrez, da Odebrecht e viajou por vários países, entre eles Cuba, Bolívia, Venezuela e tantos outros. É o mesmo BNDES. Ou seja, não está tão difícil. Fernando Pimentel, à frente do BNDES, Lula, Dilma, PT, Benedito, José Dirceu... Não está difícil. Agora, com a abertura da CPI do BNDES, deputado Dilzon Melo, com certeza teremos desdobramentos muito mais fortes não só em Minas, mas também em Brasília, ou melhor, não só em Brasília, mas também em Minas. Lá em Brasília, a CPI do BNDES, deputado João Leite, terá condições de apurar verdadeiramente quais foram os contratos, quais foram as garantias desses contratos, quais foram os valores, quais foram as taxas de juros que se comprometeram a pagar e qual garantia esses países deram. A troca de quê? Apurar quais são as empresas que estão executando esses contratos, deputado Dilzon Melo, quais são as obras. Aí vai ficar muito fácil. Alguns jornalistas estão dizendo que a CPI do BNDES é o superpetrolão. A CPI do BNDES é o superpetrolão. Portanto, deputado João Leite, teremos desdobramentos sombrios para o PT, para o chefe do Poder Executivo de Minas Gerais e para o restante da cúpula do PT em Brasília. Agradeço a V. Exa. e, mais uma vez, parableno-o pela lucidez do encaminhamento nesta Casa de tão importante tema.

O deputado João Leite* – Por fim, deputado Sargento Rodrigues, temos os repasses feitos pelo BNDES, quando o governador Pimentel era ministro, para a Oli Comunicação. São R\$2.400.000,00. A dona da Oli Comunicação é a Sra. Carolina de Oliveira, mulher do governador do Estado de Minas Gerais. Essa empresa recebeu R\$2.400.000,00.

Por fim, Minas Gerais tem censura. O jornal *Hoje em Dia* tem sido censurado permanentemente. O editorial trouxe a censura feita pelo governo do Estado. Agora, na Assembleia, o bloco mudou de nome, mudou apenas uma letra: era Minas sem Censura, agora é Minas tem Censura. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/8/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira

nomeando Leila Terezinha Sifuentes Paulino para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

exonerando Clairton Dutra Costa Vieira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Paulo Roberto Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Camila Lopes Freire para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Josilaine da Silva Rosa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando Leonardo de Santana Moraes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Kelly Oliveira Gonzaga Carneiro para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas;

nomeando Leonardo de Santana Moraes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete da Deputada Marília Campos

nomeando Magno Rosa Nonato para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Alaor Ferreira Côrtes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tony Carlos

exonerando Ayecha Tristán Garibaldi do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando Guilherme de Sousa Garcia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Tiago de Oliveira Fonseca do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Ayecha Tristán Garibaldi para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Guilherme de Sousa Garcia para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Katia Eliane Gonçalves Faria para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Neilon Nice de Sousa Alves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Gláucia Meirelles Santos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Gláucia Meirelles Santos do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Gabriela de Oliveira Marçal do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Joane Almeida Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Alaor Ferreira Côrtes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Marcelo Eduardo Rezende da Silveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 44/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/8/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a prestação, sob demanda, de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos de caráter institucional.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das



8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2015

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 103/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/8/2015, às 16 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária para manutenção de equipamentos de radiodifusão de sons e imagens.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2015

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 113/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/8/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos médico-hospitalares.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.